

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**CRISTIEMI DORNELES DE AVILA**

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL  
ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

**SÃO BORJA  
2018**

**CRISTIEMI DORNELES DE AVILA**

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL  
ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Loiva Mara de Oliveira Machado

**SÃO BORJA  
2018**

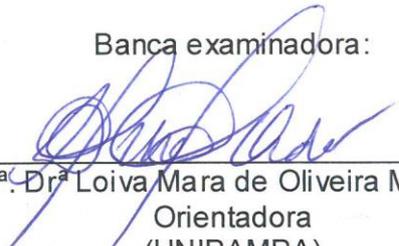
CRISTIELI DORNELES DE AVILA

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL  
ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharela em Serviço Social.

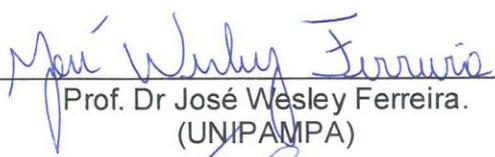
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10/12/2018.

Banca examinadora:



---

Prof. Dr. Loiva Mara de Oliveira Machado.  
Orientadora  
(UNIPAMPA)



---

Prof. Dr. José Wesley Ferreira.  
(UNIPAMPA)



---

Prof. Dr. César André Luis Beras  
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho a todas/os que durante esta trajetória acreditaram e me apoiaram, mesmo sem muitas vezes compreender todo este processo. Em especial a meus pais que durante toda minha vida, mesmo com inúmeros desafios fizeram o máximo para que eu pudesse continuar estudando. Em especial ao meu tio/padrinho Jorge (in memoriam) que sempre foi um exemplo pra mim e o esteio da minha família, mas que infelizmente me deixou nessa reta final da graduação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder saúde e persistência para continuar a caminhada mesmo quando tudo parecia ruir.

Aos meus amados pais Paulo e Izabel, que mesmo sem terem o privilégio de acessarem a universidade, tão pouco concluir o ensino fundamental, sempre me ensinaram o valor do conhecimento e lutaram para me ver assistente social. Obrigada por tudo que fizeram até aqui. Nesse percurso de estudos desde o ensino fundamental enfrentamos chuvas, enchentes, geadas e assim por diante e vocês sempre estiveram ali com leveza e disposição. Já se vão 8 anos longe de casa, sem o convívio diário e nossa como faz falta vocês comigo. Porém, são coisas que estão fora do nosso controle e para que pudesse continuar meus estudos foi preciso deixar para trás muita coisa. Nesse tempo longe tive que aprender a ser forte e acreditar sobre tudo em mim, pois, foram muitos os obstáculos que tive que vencer sem vocês por perto. Mas tudo isso me fortaleceu e me ensinou a valorizar e admirar vocês ainda mais.

Agradeço a meu amigo, confidente e parceiro de todas as horas Ederson, que sempre esteve ao meu lado me incentivando a seguir a caminhada. Mesmo com nossas divergências sempre esteve apostos para me estender a mão. Em meio a tantas turbulências em ti encontrei alguém de extrema confiança e compreensão. Agradeço por poder contar contigo em minha vida.

A minha tia/madrinha Maria e ao meu tio/padrinho Pedro que me acolheram com toda a boa vontade nesses quatro anos mesmo não tendo condições para isso, não pensaram duas vezes e aos poucos tudo foi se ajustando. Sem vocês este momento não seria possível, obrigada por me proporcionarem um sentimento de lar e de acolhimento sincero, sou grata pela generosidade e pelo afeto de vocês.

A melhor amiga/irmã que a Unipampa me deu Bruna Duarte obrigada pela parceria e cumplicidade Best. Sou imensamente grata por ter tido o privilégio de te conhecer e me tornar tua amiga. Tu és um ser humano incrível com quem aprendi muito. Aprendi o valor de uma amizade sincera, aprendi a confiar mais nas pessoas e a tentar levar a vida de forma mais leve. Posso dizer que tua amizade me proporcionou uma nova forma de ver a vida e a valorizar as pequenas coisas que não podem ser compradas. Obrigada por estar comigo em todos os momentos e por ser a melhor amiga que poderia ter.

A todos/as as/os colegas de curso, em especial ao meu eterno grupo “todas na luta” sendo elas a Karen Gomes meu mimo que admiro muito, pessoa que me entende em um olhar. Denise Messa mulher e mãe guerreira. Catia Amarelho com seus eternos chás e águas de melissa que muito me acalmaram. Juntas passamos por diversas experiências, algumas boas, outras nem tanto, mas tudo foi aprendido e serviu para que crescêssemos. Nesse percurso tivemos muitas discussões e desentendimentos, mas o laço sempre permaneceu. Agradeço também a Marta Prado que com seu jeito espivado animou todas as aulas. A Paloma Oliveira com quem partilhei inúmeras risadas. Alessandra Fraga mulher do gênio forte, mas do coração imenso. Bruna de Aquino obrigada meu bem pelo privilégio de conviver contigo, e por me apresentar outras visões de mundo e a importância da militância. Dona Ade ser de muita espiritualidade e luz. Por fim a colega Amanda Cabral que durante esses 4 anos sempre esteve a disposição de toda a turma, compartilhando todo seu conhecimento.

Agradeço a todos/as os/as professores/as do Curso de Serviço Social pelos conhecimentos compartilhados. Em especial a minha banca, professores José Wesley e César Beras, agradeço por terem aceitado participar e contribuir nesse momento tão importante. Em especial meu muito obrigada a minha orientadora maravilhosa professora Loiva Mara de Oliveira Machado que me acompanha desde o processo de estágio. Profissional exemplar que contribuiu imensamente com minha formação. Admiro-te enquanto profissional e, sobretudo pelo ser humano que és.

Agradeço a assistente social do Programa Bolsa Família (PBF) Laura Tagliapietra Nene, minha supervisora de campo no processo de estágio. Agradeço-te Laurinha pelos ensinamentos, pela disposição principalmente na execução do projeto de intervenção e pela pessoa encantadora que és. Agradeço também a assistente social Raquel Velmud pelos conselhos e conversas sobre a profissão e os permanentes desafios postos a nossa intervenção, bem como toda a equipe do PBF por me receberem em seu espaço de trabalho de forma tão acolhedora. As assistentes sociais Máira Scaramusa e Edvandra Fornasier por permitirem realizar minha pesquisa documental junto ao CREAS contribuindo dessa forma imensamente para a construção da presente monografia.

Por fim à UNIPAMPA por me proporcionar um ensino público e de qualidade.

### **Não somos lixo**

Não somos lixo. Não somos lixo e nem bicho. Somos humanos. Se na rua estamos é porque nos desencontramos. Não somos bicho e nem lixo. Nós somos anjos, não somos o mal. Nós somos arcanjos no juízo final. Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos. Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos. Não somos lixo. Será que temos alegria? Às vezes sim... Temos com certeza o pranto, a embriaguez, A lucidez dos sonhos da filosofia. Não somos profanos, somos humanos. Somos filósofos que escrevem suas memórias nos universos diversos urbanos. A selva capitalista joga seus chacais sobre nós. Não somos bicho nem lixo, temos voz. Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasmas. Existem aqueles que se assustam. Não somos mortos, estamos vivos. Andamos em labirintos. Depende de nossos instintos. Somos humanos nas ruas, não somos lixo.

Carlos Eduardo (Cadu), Morador de Rua em Salvador.

## RESUMO

A presente monografia de Conclusão de Curso na área do Serviço Social objetiva analisar as configurações dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no município de São Borja. Também visa problematizar o fenômeno da situação de rua enquanto decorrência do acirramento da questão social no âmbito da sociedade capitalista e as políticas públicas que atendem a essa população excluída socialmente. O TCC foi fundamentado a partir do método dialético crítico, a luz das categorias constitutivas totalidade, historicidade e contradição, assim como foi utilizada a categoria mediação. No que tange aos resultados alcançados quanto ao perfil da população em situação de rua, destaca-se o público masculino com idade entre 21 e 30 anos, sujeitos que fazem uso de substâncias psicoativas, possuem vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos. Outro dado importante concernente ao perfil refere-se à característica trecheira da população em situação de rua no município de São Borja, onde a maior parcela dos atendimentos realizados destinou-se a pessoas que estavam de passagem pela cidade, dado este que enfatiza particularidade desta região de fronteira. Referente aos fatores que corroboram para o processo de rualização dos sujeitos destaca-se a pobreza, a situação de egresso prisional, etilismo, fragilização e/ou rompimento de vínculos, conflitos familiares, drogadição, transtornos mentais, violência, abandono, desastres da natureza e desemprego. Por fim, com relação às políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua e as configurações assumidas pelos serviços, destaca-se o atendimento imediato das grosseiras necessidades, visão higienista dos gestores com relação à situação de rua, a carência de equipe de trabalho específica e também demandas externas que são atribuídas aos/as assistentes sociais, como por exemplo, a concepção de que a situação de rua atrapalha a ordem pública, sendo requisitado dessa forma à intervenção do Serviço Social sob este viés moralizador.

**Palavras-Chave:** Proteção Social Especial de Média Complexidade. CREAS. Pessoas em situação de rua. Políticas Públicas.

## RESUMEN

La presente monografía de conclusión de curso en área de Trabajo social objetivo analizar las configuraciones de los servicios de Protección Social Especial de Media Complejidad, en el municipio de San Borja y el acceso de la población de la calle a estos servicios. También pretende problematizar el fenómeno de la situación de calle como consecuencia del agravamiento de la cuestión social en el ámbito de la sociedad capitalista y las políticas públicas que atienden a esa población excluida socialmente. El TCC fue fundamentado a partir del método dialéctico crítico, la luz de las categorías constitutivas totalidad, historicidad y contradicción, así como se utilizó la categoría mediación. En lo que se refiere a los resultados alcanzados en cuanto al perfil de la población en situación de calle, se destaca el público masculino con edad entre 21 y 30 años, sujetos que hacen uso de sustancias psicoactivas, poseen vínculos familiares fragilizados y / o rotos. Otro dato importante concerniente al perfil se refiere a la característica trecheira de la población en situación de calle en el municipio de São Borja, donde la mayor parte de las atenciones realizadas se destinó a personas que estaban de paso por la ciudad, dado que enfatiza particularidad de esta región de frontera. En cuanto a los factores que corroboran para el proceso de rualización de los sujetos se destaca la pobreza, la situación de egresado prisional, etilismo, fragilización y / o ruptura de vínculos, conflictos familiares, drogadicción, trastornos mentales, violencia, abandono, desastres de la naturaleza y el desempleo. Por último, con relación a las políticas públicas orientadas a las personas en situación de calle y las configuraciones asumidas por los servicios, se destaca la atención inmediata de las groseras necesidades, visión higienista de los gestores con relación a la situación de calle, la carencia de equipo de trabajo específica y también demandas externas que se atribuyen a los asistentes sociales, como por ejemplo, la concepción de que la situación de calle obstaculiza el orden público, siendo pedido de esa forma a la intervención del Servicio Social bajo este sesgo moralizador.

**Palabras clave:** Protección Social Especial de Media Complejidad. CREAS.

Personas en situación de calle. Políticas públicas.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações produzidas no ano de 2014 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua.....	38
Quadro 2 – Dissertações produzidas no ano de 2015 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua.....	40
Quadro 3: Dissertações produzidas no ano de 2016 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua.....	41
Quadro 4: Dissertações produzidas no ano de 2017 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua.....	42
Quadro 5: Teses produzidas no ano de 2017 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua.....	44
Quadro 6: Dissertações produzidas no ano de 2018 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua.....	45
Quadro 7: Classificação quanto ao sexo dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015.....	50
Quadro 8: Faixa etária dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015.....	51
Quadro 9: Locais utilizados como moradia pelos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015.....	52
Quadro 10: Realidade familiar dos/as usuários/as em situação de rua.....	54
Quadro 11: Quantitativo de usuários/as em situação de rua que afirmaram ter filhos/as.....	55
Quadro 12: Quantitativo de filhos/as dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015.....	56
Quadro 13: Classificação quanto ao sexo dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018.....	56
Quadro 14: Faixa etária dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018.....	57

Quadro 15: Locais utilizados como moradia pelos/as usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018.....	58
Quadro 16: Realidade familiar dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018.....	59
Quadro 17: Quantitativo de usuários/as em situação de rua que afirmaram ter filhos/as no período de 2016 a 2018.....	59
Quadro 18: Quantitativo de filhos/as por usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018.....	61
Quadro 19: Total de usuários/as em situação de rua atendidos no período de 2006 a 2018.....	61
Quadro 20: Dissertações produzidas no ano de 2012 sobre o tema Processo de rualização.....	64
Quadro 21: Dissertações produzidas no ano de 2014 sobre o tema Processo de rualização.....	65
Quadro 22: Dissertações produzidas no ano de 2015 sobre o tema Processo de rualização.....	65
Quadro 23: Fatores que corroboram para o processo de rualização.....	70
Quadro 24: Serviços acessados junto ao CREAS.....	83
Quadro 25: Encaminhamentos realizados.....	84
Quadro 26: Profissionais que acompanham o/a usuário/a.....	86

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dissertações e Teses sobre o tema Pessoas em Situação de Rua em instituições pública e privadas dos anos de 2006 a 2018.....46

Gráfico 2: Dissertações e Teses sobre o tema Processo de Rualização em instituições pública e privadas dos anos de 2006 a 2018.....66

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC - Benefício de Prestação Continuada  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAPS - Centro de atenção psicossocial  
CENTRO POP - Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social  
ESF - Estratégias de Saúde da Família  
MDSA - Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário  
MNPR - Movimento Nacional da População de Rua  
NOB/RH SUAS - Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do Sistema Único de Assistência Social  
PBF - Programa Bolsa Família  
PNAB - Política Nacional de Atenção Básica  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
PUC - Pontifícia Universidade Católica  
PNPR - Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua  
PSE - Proteção Social Especial  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
UEL - Universidade Estadual de Londrina  
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNB - Universidade de Brasília  
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa  
UPAS - Unidades de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Método.....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>23</b>
<b>3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EXPRESSÕES DA SOCIEDADE CAPITALISTA.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 Produção de conhecimento acerca do tema: visibilidade e reflexões críticas sobre a realidade das pessoas em situação de rua.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2 Perfil das Pessoas em Situação de Rua.....</b>	<b>47</b>
<b>3.2.1 Perfil das pessoas em situação de rua no município de São Borja.....</b>	<b>50</b>
<b>3.3 Fatores que corroboram para o processo de rualização dos sujeitos.....</b>	<b>63</b>
<b>3.3.1 Fatores que perpassam o processo de rualização presentes na realidade de São Borja.....</b>	<b>69</b>
<b>4. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....</b>	<b>72</b>
<b>5 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE E A PROTEÇÃO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....</b>	<b>79</b>
<b>5.1 Configurações dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de São Borja.....</b>	<b>82</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem o intuito de desvendar como se configuram os serviços vinculados à Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinados a População em Situação de Rua, no município de São Borja. A partir desse tema objetiva-se analisar as configurações assumidas pelos serviços da média complexidade, no âmbito da Política de Assistência Social, no que se refere aos processos de realização no contexto contemporâneo. Busca-se também conhecer o perfil das pessoas em situação de rua, assim como identificar os fatores que corroboram para o processo de realização dos sujeitos e a sistematização das políticas públicas voltadas a essa população. Para tanto, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e documentais tendo como recorte o período de 2006 a 2018. A escolha desse período se deve ao percurso construído pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) ao longo de seus 12 anos.

Para responder a tais inquietações foi utilizado como método de estudo o dialético crítico que permite uma análise da realidade pautada por um viés de totalidade, ou seja, parte do pressuposto de que os fenômenos sociais não podem ser analisados descolados de um contexto mais amplo. Assim como também considera o princípio da historicidade e contradição que perpassam os processos sociais e suas configurações na sociedade de classes. Por fim foi utilizada também como categoria de análise a mediação que auxilia na compreensão e desvendamento das interconexões que permeiam o processo de realização nesta sociedade contemporânea.

Para responder ao problema de pesquisa e as questões norteadoras foram escolhidas algumas categorias teóricas de análise, dentre as quais se destaca o próprio fenômeno situação de rua enquanto decorrente das desigualdades engendradas pelo sistema capitalista. Outra categoria teórica escolhida refere-se ao conceito de Proteção Social Especial de Média Complexidade com enfoque nos serviços ofertados para a População em Situação de Rua e por fim a categoria Políticas Públicas direcionadas a essa população.

A escolha da presente temática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu a partir de inquietações que emergiram em um contexto onde cada vez mais se acentuam os processos de desigualdade e exclusão social, em uma sociedade

na qual os valores capitalistas estão extremamente impregnados na subjetividade da sociedade em geral, o que acaba por naturalizar uma série de fenômenos, dentre estes os processos de realização dos sujeitos. Ao se fazer uma rápida análise dessa realidade pode-se evidenciar que o Brasil não conta com um sistema de dados oficiais atualizados sobre a população em situação de rua em sua totalidade, o que acaba dificultando a implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas a esse segmento populacional. Esse fator aponta também para a invisibilidade dessa população no que se refere à busca pela garantia de seus direitos, uma vez que como se pode observar no cotidiano, o número de pessoas morando na rua é gritante seja nos grandes centros ou em municípios de menor porte. No entanto, se essa realidade não é estudada e se não são mensurados quantitativamente esses dados, a realização não ganha visibilidade e o Estado se exime da sua responsabilidade em dar respostas a essa questão.

Diante dessa conjuntura tal escolha se explica também pelo desejo de apreender como vem sendo feito o enfrentamento a essa realidade social vivenciada por milhares de cidadãos e cidadãs, isto é, que políticas públicas vêm sendo implantadas para atender esse segmento populacional. Também se justifica no sentido de verificar se tais políticas estão de fato contemplando as necessidades concretas desses sujeitos de direitos ou se não passam de uma iniciativa de caráter paliativo e com pouca proximidade com a realidade dessa população. A escolha da temática justifica-se também pela necessidade de compreender esse fenômeno social o mais próximo possível de sua essência, ou seja, buscar desvendar quais fatores perpassam esse processo social; que impactos as diversas expressões da questão social trazem para estes sujeitos; o que os/as levou a recorrer ao espaço público da rua como forma de moradia. Portanto, o estudo tem como um de seus elementos o intuito de análise desse processo social para além da demanda aparente que se traduz na situação de rua. Busca analisar o processo de realização de uma forma mais ampla levando em consideração toda a estrutura social que direta ou indiretamente impacta na vida de todos/as os/as cidadãos. Assim objetiva contribuir para o enfrentamento dessa expressão da questão social de modo a buscar a transformação dessa realidade e não apenas intervir de modo fragmentado e paliativo nessa demanda.

Logo, o tema em questão é de suma relevância profissional, social e acadêmica, pois a produção de conhecimento é uma forma de dar visibilidade a esse

processo de realização dos sujeitos e antes de serem construídas propostas que visem o enfrentamento do mesmo se faz necessário conhecer essa realidade. Pode-se assim, com a construção desta monografia contribuir no sentido de fomentar a discussão referente à situação de rua no âmbito acadêmico, em especial no Curso de Serviço Social. Bem como busca corroborar para gerar subsídios para o enfrentamento da marginalização e estigmatização sofridas por esses sujeitos, que todos os dias têm seus direitos mais básicos violados e que muitas vezes não são reconhecidos como sujeitos de direitos apesar de toda a legislação vigente, tem-se desta forma a relevância profissional e social do estudo.

Referente à relevância profissional destaca-se a direção social assumida pelo Serviço social a partir do Projeto ético-político, através do qual a profissão compromete-se com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a ampliação e consolidação da cidadania buscando viabilizar aos direitos sociais, civis e políticos da classe trabalhadora e o posicionamento em favor da justiça social e equidade. Diante desses elementos denota-se a relevância da discussão para a categoria profissional, vislumbrando que a situação de rua desafia a todos esses princípios defendidos pela categoria, logo demanda do/a assistente social estratégias para intervir junto a essa realidade social.

Destaca-se a relevância social que a problemática trás, e esta se refere à urgência de se compreender a situação de rua para além do sujeito que esta vivenciando esta situação, ou seja, não culpabilizar por sua situação e sim buscar analisar toda a conjuntura que levou a esse processo de realização. Isto porque se observa na realidade concreta que há a focalização no sujeito como se este fosse responsável por estar vivenciando essa realidade sem se levar em conta outros condicionantes sociais que corroboram para esta situação. Logo, as discussões tecidas visam corroborar no sentido social de desmistificar alguns estereótipos historicamente intrínseco a situação de rua.

A monografia está estruturada em quatro capítulos, sendo estes construídos de maneira interligada entre a teoria e os resultados da pesquisa. O primeiro capítulo após a introdução é referente à metodologia adotada na construção das reflexões contidas no interior do TCC, onde se apresenta o método adotado e os procedimentos metodológicos que guiaram o presente trabalho. O segundo capítulo estrutura a discussão referente às pessoas em situação de rua enquanto expressão da sociedade capitalista. No referido capítulo se faz presente os resultados da

pesquisa bibliográfica realizada junto ao portal da CAPES no tangente a palavra-chave 'pessoas em situação de rua. Outro subitem presente no capítulo se trata do perfil a da população em situação de rua no âmbito nacional a partir de dados da I Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua e o perfil dessa população na realidade de São Borja, a partir dos dados coletados junto ao CREAS. Por fim o capítulo aborda os fatores que corroboram para o processo de rualização, neste subitem apresentam-se dados bibliográficos e documentais.

O capítulo seguinte busca sistematizar as políticas públicas voltadas a população em situação de rua. Por fim o último capítulo teórico problematiza a Proteção Social Especial de Média Complexidade e a proteção à população em situação de rua. Neste capítulo são abordadas as configurações dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de São Borja, apresentando-se elementos como os serviços acessados por essa população junto ao CREAS, os encaminhamentos realizados e os/as profissionais que acompanharam e/ou acompanham esses/as usuários/as.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa diz respeito ao conjunto de procedimentos adotados para responder ao que se propõem analisar em determinado estudo. Este processo envolve a definição de técnicas, instrumentos, universo, amostra, tipo de pesquisa e forma de coleta e análise de dados que auxiliam na resposta aos objetivos, questões norteadoras e problema elaborados. Nesta pesquisa observa-se que todo o processo metodológico foi pautado pelo método de pesquisa dialético crítico. A metodologia é todo o planejamento feito para chegar aos resultados esperados em uma pesquisa, isto é, para responder ao problema, objetivos e questões que norteiam o estudo. Vale enfatizar que não necessariamente esta permanecerá imutável no decorrer da construção, pois, a realidade apresenta condições que vão para além do planejado. Logo, a metodologia não é estática e pode sofrer alterações no processo de construção do conhecimento, porém, observando-se o método que a fundamenta.

A pesquisa inicialmente prevista para subsidiar a elaboração da presente monografia foi alterada, no que se refere à definição do problema de pesquisa que inicialmente tinha o intuito de apontar: Como se estrutura a rede de proteção às pessoas em situação de rua no município de São Borja? Considerando as particularidades e complexidade das instituições que integram a rede seja pela condição de trabalho dos/as profissionais e pela dificuldade de acesso aos documentos para a análise, somado a falta de tempo por parte da acadêmica para realizar essa pesquisa foi necessário redefinir o objeto de pesquisa e metodologia.

Diante dessa realidade houve a redefinição do problema de pesquisa a partir da seguinte questão: Como se configuram os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade às pessoas em situação de rua no município de São Borja? Assim foram pesquisados documentos disponibilizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

Diante da mudança do problema de pesquisa concomitantemente modificou-se o objetivo geral que visava: Analisar as configurações da rede de proteção às pessoas em situação de rua, no município de São Borja, a fim de identificar como ocorre a garantia de direitos a este segmento populacional. Sendo o objetivo geral adequado à realidade posta, este se transformou em: Analisar as configurações dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no município de São

Borja, contribuindo para a garantia de direitos e políticas públicas junto a este segmento populacional.

Percebe-se assim a mudança realizada no planejamento metodológico, que, no entanto, não representou perdas no sentido da construção do trabalho, tendo em vista que havia um caminho delineado a ser seguido, com objetivos claros a serem alcançados, o que acarretou foi uma mudança de foco, partindo-se da análise da Rede de Proteção para a Proteção Social de Média Complexidade. Ressalta-se que se não houvesse um planejamento organizado, poderia ter havido uma perda no processo de construção de conhecimento.

Observa-se que o percurso metodológico utilizado para responder ao problema de pesquisa foi subsidiado por um conjunto de questões norteadoras assim sistematizadas:

- Qual o perfil das pessoas que encontram-se em situação de rua?
- Quais os fatores que contribuem para o ingresso das pessoas à situação de rua?
- Quais as políticas públicas existentes para assegurar os direitos das pessoas em situação de rua?

## **2.1 Método**

A presente pesquisa foi fundamentada a partir das categorias constitutivas do método dialético crítico, tendo em vista que:

a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais (GIL, 2007, p.32).

O método dialético crítico, não se propõe apenas a analisar a realidade, mas sim busca meios que possibilitem a transformação da mesma. O método dialético crítico parte da concepção de que a realidade não é algo dado e acabado, incapaz de transformações, pelo contrário, à luz desse método, a realidade é concebida como uma estrutura dialética, isto é, que esta em constante movimento, devido a uma série de fatores que incidem sobre a mesma, tais como, as decisões políticas, o

contexto cultural e social, entre tantos outros elementos que impactam e contribuem para a realidade estar em constante mudança.

E para que a análise seja feita sob a concepção dialética se faz necessário à apropriação das categorias que compõem o método, sendo estas categorias centrais que permitem a análise da realidade pautada por um viés materialista histórico dialético, que busca mais que a análise e descrição dos fatos observados, a utilização dessas categorias permitem vislumbrar possibilidades de transformação e/ou tensionamento da realidade estudada. As categorias constituintes do método que foram utilizadas no estudo referem-se à historicidade, totalidade e contradição. No que se refere à categoria historicidade, evidencia-se segundo Minayo, 2008 que nada se constrói fora da história e nem essa é produto do mundo abstrato das ideias.

Ela não é uma unidade vazia ou estática da realidade, mas uma totalidade dinâmica de relações que explicam e são explicadas pelo modo de produção concreto. Isto é, os fenômenos econômicos e sociais são produtos da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos (MINAYO, 2008, p.111).

A historicidade é, portanto, a necessidade do pesquisador conhecer o desenvolvimento do fenômeno em análise, nesse caso a situação de rua, para tanto é necessário um movimento *détour*, “*détour* é o único caminho acessível ao homem para chegar à verdade” (KOSIK, 1976, p.27). *Détour* é um movimento progressivo e regressivo que busca desvendar a estrutura, a essência do fenômeno. Esse movimento *détour* se materializa no trabalho dos/as assistentes sociais no processo de sucessivas aproximações com a realidade concreta dos usuários, pois, para desvendar a essência dos fenômenos é necessário esse movimento regressivo e progressivo na intervenção profissional. No caso do fenômeno em estudo, a historicidade se faz presente e deve-se levar em consideração de que contexto esta sendo analisado, pois, as expressões da questão social possuem especificidades que estão relacionadas às condições sócio-históricas de cada contexto. Por exemplo, na presente pesquisa parte-se de uma realidade particular do Estado brasileiro, para analisar a situação de rua. Para tanto deve-se procurar compreender que conjuntura é essa e que rebatimentos trás para esse fenômeno em estudo. A segunda categoria constitutiva do método refere-se à totalidade, que parte do pressuposto de que para analisar a realidade se deve

apreender os fenômenos em sua auto-relação e hetero-relação, em suas relações com a multiplicidade de seus próprios ângulos e de seus aspectos intercondicionados, em seu movimento e desenvolvimento, em sua multiplicidade e condicionamentos recíprocos por outros fenômenos ou grupos de fenômenos (JOJA, 1964 apud MINAYO, 2008, p.114).

A totalidade pode ser compreendida também como a Lei da Conexão Universal, ou seja, a articulação entre os fenômenos universais, singulares e particulares. Por exemplo, um fenômeno universal seria a estrutura econômica da sociedade e o singular seria a situação de rua. Sob uma perspectiva totalizante há que se conceber que a realidade não se focaliza sob o olhar apenas no fenômeno singular, nesse caso a situação de rua, mas sim se considera a realidade como um todo. Os processos sociais interligados a esse fenômeno singular se manifesta de modo particular na realidade de cada pessoa, isto é, a situação de rua é subjetivada de diferentes maneiras pelos sujeitos que a vivenciam. Portanto, a visão de totalidade permite entender a sociedade como algo mais amplo, para além da aparência que esta dando visibilidade a uma expressão da questão social. O princípio da totalidade permite uma visão de conjunto dos fatos.

Outra categoria central do método é a contradição que pode ser entendida como a negação que impulsiona o sujeito a buscar desvendar a essência dos fenômenos. Segundo Konder (2006), a contradição é o princípio básico do movimento pelo qual os seres existem, em que as conexões entre as realidades criam unidades contraditórias. Um exemplo disso é a questão social que se constitui na relação capital versus trabalho, em expressões de desigualdades, mas também em movimentos de resistência. Ou seja, um fenômeno cria ao mesmo tempo duas manifestações contraditórias. Voltando a problematização para o fenômeno situação de rua enfatiza-se a contradição que perpassa o mesmo, onde concomitantemente o modo de produção capitalista ao 'gerar' pessoas em situação de rua, gera movimentos sociais que resistem a essa realidade e questionam a estrutura e superestrutura da sociedade. Enfim, para ser feita uma análise de realidade embasada pelo método dialético crítico é preciso considerar diversos fatores que estão além do fenômeno em si.

Para além dessas três categorias centrais do método, na presente pesquisa foi utilizada uma quarta categoria fundamental para o trabalho do/a assistente social, que se trata da mediação tendo em vista que essa categoria possibilita ao

pesquisador compreender o fenômeno na sua totalidade, ou seja, partir da aparência para tentar se aproximar de sua essência.

A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto (PONTES, p.41, 1999).

No caso do objeto de estudo, a mediação auxiliará na apreensão dos fatores que corroboram para a situação de rua, que se configura como um processo singular no cotidiano desses indivíduos e está em conexão direta com os processos universais mais amplos, tais como, a apropriação individual da riqueza que é socialmente produzida, o modo de produção capitalista, a extração de mais valia, a produção de um exército industrial de reserva, por exemplo. Todos esses fenômenos perpassam a situação de rua, independente do conhecimento de sua existência por parte dos sujeitos que vivenciam o fenômeno, têm-se dessa forma sua dimensão ontológica, e para se aproximar da essência dessa realidade se faz necessária a construção dessas mediações no campo intelectual para dessa forma reconstruir esse objeto.

Além das categorias do método que subsidiaram a construção da presente pesquisa têm-se as seguintes categorias teóricas: Pessoas em Situação de Rua, Políticas Públicas e Proteção Social Especial de Média Complexidade. As referidas categorias constituem o foco da monografia e possibilitam a análise desse fenômeno social de forma crítica e propositiva.

## **2.2 Procedimentos metodológicos**

### **2.2.1 Enfoque da pesquisa**

Referente ao enfoque da pesquisa destaca-se que este foi de caráter misto, levando-se em conta a relevância de informações de ordem quantitativa e qualitativa. Compreende-se que estudos qualitativos nos permitem uma reflexão sobre determinado modo de vida e visão de homem. Ou seja, a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes” (MINAYO, 2007, p.21). No entanto, pesquisas

quantitativas também fornecem elementos essenciais para a análise da realidade. “O uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer á luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática” (MINAYO, 2008, p.56). Ou seja, a adoção de um modelo quantitativo de pesquisa possibilita ao pesquisador mensurar objetivamente uma determinada realidade social.

Entende-se a importância da pesquisa quantitativa no sentido de dar concretude ao objeto de estudo, todavia, sem desconsiderar a dimensão e a importância qualitativa dos dados colhidos na realidade. Partindo do entendimento da relevância tanto de pesquisas quantitativas quanto qualitativas, optou-se pela adoção do enfoque misto para a realização da presente pesquisa. Pois esta considera ambos os fatores para analisar a realidade, por exemplo,

não há como esperar que uma criança ande com 3 ou 4 meses, porque o tempo de maturação do seu corpo, um dado quantitativo, ainda não permite a transformação do não andar em andar. Mas a simples ou complexa maturação do corpo infantil não é suficiente para garantir a superação dessa contradição, são igualmente necessários aspectos de difícil quantificação como estímulos, o contexto onde esse processo se realiza, entre outros condicionantes (PRATES, 2012, p.2).

No tangente a situação de rua, por exemplo, há que se considerar os dados quantitativos existentes sobre o tema, como a porcentagem de pessoas em situação de rua, ou os índices que apontam os fatores que corroboram para o processo de rualização. Esses dados auxiliam a dar visibilidade para o fenômeno, assim como auxiliam na formulação de estratégias para seu enfrentamento e sua adoção não anula a importância e predominância dos dados subjetivos que permeiam essa realidade. No entanto, em termos de políticas públicas, que nesse modelo de sociedade capitalista é o que mais se aproxima da garantia de direitos, mesmo que essas não visem à superação do modelo societário vigente, mas sim são executadas pelas instituições como forma de manutenção da realidade que esta posta

[...] não é suficiente para o planejamento de uma política social apenas escutarmos as demandas dos sujeitos, embora isso seja essencial, é necessário quantificarmos recursos disponíveis para sua implementação, níveis de cobertura existentes, vazios de atendimento por território, entre outros aspectos (PRATES, 2012, p.2).

Portanto, a pesquisa mista abrange os dois elementos, compreendendo que tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa fornecem subsídios para uma análise totalizante da realidade. Ressaltando que a adoção desse modelo tem o intuito de dar maior visibilidade e possibilidades concretas de enfrentamento a essa realidade de desigualdade e exclusão que constituem a situação de rua, e não de transformar as vivências desta população em meros números a serem analisados. Enfatiza-se desse modo que os elementos subjetivos devem ser o foco tanto da pesquisa quanto das intervenções profissionais.

A caracterização de uma pesquisa como mista difere dos estudos classificados como unicamente quantitativos ou qualitativos e não só pode como deve, valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como um outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação que ressalta essa relação como necessária (PRATES, 2012, p.6).

Diante do exposto, optou-se pela adoção da pesquisa com enfoque misto, por concordar com as ideias da autora utilizada como referencia para esse tipo de estudo. Compreende-se que esse modelo de pesquisa possibilita maior concretude ao objeto em estudo, possibilitando maiores chances de contribuição para o enfrentamento dessa expressão da questão social.

### 2.2.2 Universo e amostra

Inicialmente na fase de planejamento dos caminhos metodológicos a serem adotados na construção do presente TCC havia sido delineado o universo de modo a abranger às pessoas em situação de rua no município de São Borja, tendo como amostra 5 famílias em situação de rua que acessam algum serviço da rede de proteção ofertado em instituições públicas do município de São Borja (saúde e/ou assistência). Para tanto seria utilizado como critério para a escolha dessa amostra, pessoas em situação de rua acompanhadas pela rede de serviços socioassistenciais no município de São Borja. Entretanto, no decorrer da elaboração do trabalho houve imprevistos que inviabilizaram a pesquisa direta junto aos usuários/as da rede e a partir dessa realidade repensou-se todo o processo metodológico e adequou-se a pesquisa.

O novo planejamento da pesquisa teve como foco a Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de São Borja. Logo, o universo da pesquisa permaneceu o mesmo, que trata de pessoas em situação de rua no município de São Borja. Porém, a amostra foi redefinida passando a ser: pessoas em situação de rua que no período de 2006 a 2018 que acessaram algum serviço da Proteção Social Especial de média Complexidade junto ao CREAS. A partir da realização da pesquisa aponta-se que a amostra foi de 169 usuários/as atendidos/as nesse período delimitado, tendo em vista que o critério para a definição da amostra foi o de pessoas em situação de rua que acessaram serviços junto ao CREAS e que possuem registros desses atendimentos na instituição.

No tangente aos instrumentos e técnicas adotados na presente pesquisa elucida-se que no concernente as técnicas de pesquisa priorizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Partindo do entendimento de que uma pesquisa de cunho bibliográfico, segundo Gil (2007) é construída a partir de material já elaborado sobre o tema escolhido pelo pesquisador. Neste caso o material bibliográfico previsto no Projeto de Pesquisa para ser consultado seriam teses e dissertações do Portal da Capes, bem como textos da revista Serviço Social e Sociedade e da revista *Temporális* relacionados à temática em questão.

No entanto, houve nesta etapa de construção da monografia mudanças na definição das fontes bibliográficas a serem consultadas, onde se restringiu as fontes ao Portal da Capes, tendo como critério para a escolha dessa fonte de pesquisa o fato do referido portal reunir teses e dissertações produzidas em todo o País, apresentando assim uma riqueza e diversidade teórica. Também se pesquisou o Repositório de TCCs da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com o critério de que tal fonte concentra todas as produções de TCCs existentes desde o ano de criação do Curso de Serviço Social. O intuito de tal escolha foi o de analisar os materiais já produzidos na academia sobre o tema em estudo.

Tal mudança se explica pela ampliação do período delimitado para a realização do estudo, onde houve uma mudança da metodologia e a opção por abordar os materiais produzidos sobre a temática desde o ano de 2006, ano de criação do Curso de Serviço Social na Unipampa até 2018, momento em que o Curso completa 12 anos de atividade. Diante dessa conjuntura, reduziu-se o número de fontes previstas para compor a pesquisa bibliográfica, levando-se em consideração a ampliação do tempo delimitado para a realização da pesquisa. O

instrumento escolhido para organizar a pesquisa bibliográfica foi à construção de um quadro-síntese para a sistematização e análise de dados da pesquisa bibliográfica.

Outra técnica utilizada foi à pesquisa documental que segundo Gil (2007) vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento crítico, a fonte de pesquisa prevista seria a análise de cadastros de acompanhamento ou fichas de registro das pessoas em situação de rua inseridas nas políticas de assistência social e saúde. No entanto, devido a questões e imprevistos institucionais e profissionais houve um atraso para o início da coleta de dados, o que levou a revisão das fontes e instituições previstas para a coleta de dados da pesquisa documental.

A partir da revisão optou-se pela realização da pesquisa documental apenas junto a Proteção Social Especial de Média Complexidade no Centro de Referência especializado de Assistência Social (CREAS) do município de São Borja e não mais na rede de proteção as pessoas em situação de rua, que abrangeria para além do CREAS todos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, assim como as Estratégias de Saúde da Família (ESFs) que fazem parte da política de saúde. O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa documental foi um roteiro semi estruturado, assim como foi elaborado um quadro-síntese para sistematização de informações de pesquisa documental junto aos serviços organizados pela Proteção Social Especial de Média Complexidade destinado às pessoas em situação de rua no município de São Borja.

Por fim, tinha-se planejado a realização de entrevistas<sup>1</sup> com as pessoas em situação de rua e junto à rede de proteção do município, com o objetivo de aproximar-se da realidade desses sujeitos, a partir de seu lugar de fala e de sua subjetividade diante desse processo. A proposta seria de utilizar um roteiro semiestruturado, junto a este segmento populacional e com os profissionais da rede, objetivando informações sobre o processos de rualização e trabalho em rede. Todavia, devido à questão de tempo requerida para a avaliação do Comitê de Ética e a extensão da pesquisa optou-se pela não utilização da técnica de entrevistas, utilizando-se unicamente a técnica de pesquisa documental para a coleta de dados.

### 2.2.3 Análise de dados

---

<sup>1</sup> Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metodológica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.92).

Para a análise de conteúdo optou-se pela autora Bardin (1977), que preconiza que a organização da análise dos dados deve ser feita em três etapas, sendo a primeira etapa a pré-análise voltada à organização da pesquisa, que visa operacionalizar e sistematizar as ideias, elaborando um esquema preciso de desenvolvimento do trabalho.

A pré-análise corresponde um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise (BARDIN, 1977, p.89).

Ainda segundo a autora essa fase em geral possui três missões, que se referem à escolha dos documentos que serão analisados, ou a escolha das fontes. No caso da presente pesquisa estes foram previamente definidos para análise, apesar de ter ocorrido modificações. Todavia houve o planejamento e inicialmente previu-se que estas fontes de análise seriam os cadastros de acompanhamento ou fichas de registro das pessoas em situação de rua inseridas nas políticas de assistência social e saúde. Após a inviabilidade da realização de uma pesquisa tão ampla, optou-se pela coleta de dados junto aos documentos de um dos equipamentos vinculados à Política de Assistência Social – o CREAS.

A escolha da segunda fonte refere-se ao Portal da Capes e ao Repositório de TCCs da Unipampa, tendo como delimitação de tempo para compor a pesquisa bibliográfica e documental, o período entre 2006 a 2018. Conforme já explicitado, houve uma mudança das fontes inicialmente escolhidas, pois, entendeu-se relevante analisar o contexto do curso de Serviço Social na Unipampa, se no decorrer destes 12 anos já havia sido problematizada esta temática. E diante da pesquisa apurou-se que o presente trabalho é pioneiro na problematização acerca das pessoas em situação de rua.

A segunda missão que deve ser alcançada na fase da pré-análise, de acordo com Bardin (1977), se trata da elaboração das hipóteses ou objetivos, seguidos pela elaboração de indicadores que deem fundamentação para a interpretação dos dados coletados. Esses três elementos que constituem a primeira fase da análise dos resultados possuem uma ligação entre ambos, tendo em vista que

A escolha de documentos depende dos objetivos, ou inversamente, o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis, os

indicadores serão construídos em função das hipóteses ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices (BARDIN, 1977, p. 89-90).

O segundo polo que compõem a análise de conteúdo trata-se da exploração do material que consiste na codificação e categorização das informações obtidas. “A fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1977, p.95). Ou seja, após a coleta de dados junto ao CREAS, coletaram-se informações de 169 fichas de atendimentos. Houve a exploração desses resultados por meio da sistematização em um quadro síntese dividido por períodos de anos e por categorias, como perfil, encaminhamentos realizados, serviços acessados e profissionais que acompanham os/as usuários/as. Os dados foram explorados de forma bruta, a fim de facilitar a análise e tratamento dos mesmos. Nessa fase

os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens) ou mais complexas (análise factorial) permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1977, p.95).

Portanto, nessa fase de interpretação dos dados o pesquisador munido de todo um acúmulo teórico elabora uma nova síntese sobre o fenômeno em estudo. Por fim, com relação à ética na pesquisa esta é regida pelo compromisso com a veracidade das informações colocadas no projeto de pesquisa, pois, como consta Minayo (2007) a fraude é um exemplo de procedimento antiético através da qual o pesquisador inventa intencionalmente dados que não existem a fim de justificar ou dar embasamento a suas propostas. A ética na pesquisa se revela também através do respeito ao Código de ética profissional do/a assistente social de 1993, no que tange o sigilo das informações e resguardo quanto aos sujeitos envolvidos na pesquisa. Para assegurar o sigilo das informações coletadas e o anonimato dos usuários atendidos foi elaborado um Termo de Compromisso para a utilização dos dados junto ao CREAS, o referido está explicitado nos apêndices ao final do trabalho. Outro compromisso ético refere-se à socialização das informações coletadas e isso será feito a partir da defesa do TCC e pode também ser realizado a partir da produção de artigos, socialização dos resultados com a equipe do CREAS e participação em eventos científicos.

### 3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPRESSÕES DA SOCIEDADE CAPITALISTA

A presente pesquisa se desenvolve a partir da apreensão de que o fenômeno social Pessoas em Situação de Rua trata-se de uma das diversas expressões da questão social. Onde esta é entendida enquanto, um fenômeno típico desse modo de produção capitalista, nos modos de produção anteriores – modo de produção escravista e modo de produção feudal – já havia sim as desigualdades sociais, aliás, a dominação de uma classe sobre a outra sempre existiu, porém, essas desigualdades eram geradas em um contexto de escassez, onde não se produzia em grande escala, diferentemente da questão social que é produzida e reproduzida em um contexto de extrema abundância no âmbito da sociedade capitalista (NETTO, 2006).

Tal afirmação parte do pressuposto de que a sociedade de classes produz e reproduz concomitantemente processos de exclusão e desigualdade social, ao mesmo tempo em que esta fundada na apropriação de riqueza por uma pequena parcela abastada da população. Realidade esta que acaba desencadeando uma série de refrações da questão social, oriundas do conflito capital versus trabalho. No que se refere à situação de rua a gênese desse fenômeno

tem como base a expropriação dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados, no contexto da chamada acumulação primitiva e da indústria nascente. Portanto, o fenômeno população em situação de rua surge no seio do pauperismo generalizado vivenciado pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições históricas necessárias à produção capitalista (SILVA, 2009, p.96).

O fenômeno social em destaque está intrinsecamente ligado à emergência do Modo de Produção Capitalista e tem nesse modo de produção as condições sócio-históricas para sua produção e reprodução contínuas. Portanto, a situação de rua é uma expressão inconteste da questão social, pois, é resultante das desigualdades sociais inerentes as relações sociais capitalistas, que se originam do conflito capital versus trabalho. Assim como a população em situação de rua representa um importante instrumento de manutenção da sociabilidade vigente, pois, garante que uma parcela da população fique a margem da sociedade e com isso assegura a existência e acirramento da desigualdade social, que é fundamental para a

manutenção do modo vigente de produção. Pois, a lógica do capital opera da seguinte forma, quanto maior o número de trabalhadores sem acesso ao mercado de trabalho, menor os salários pagos, tendo em vista o aumento da superpopulação relativa<sup>2</sup>.

Portanto, a produção e reprodução da situação de rua esta vinculada ao processo de acumulação capitalista, enquanto uma expressão de pobreza inerente ao desenvolvimento e produção de riqueza pelo capital. Evidencia-se no fenômeno em estudo a face mais desigual do modelo societário vigente, a qual condena a condições degradantes de sobrevivência uma parcela significativa da população, mesmo havendo recursos suficientes para extinguir essa realidade. No entanto, a lógica do capital é justamente essa de acumulação exacerbada por uma parcela mínima da sociedade enquanto a maior parcela da população não consegue acessar o mínimo para sua subsistência, isto é, apesar da produção ser coletiva/social a apropriação dos lucros é individual.

Cabe destaque nessa conjuntura problematizada, uma reportagem publicada pelo Jornal El País Brasil, que retrata com exatidão essa característica do modo de produção capitalista. Na referida reportagem noticia-se que 6 brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre, a publicação trás dados de um levantamento realizado pela Oxfam, que aponta que

[...] os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95% da população. Além disso, mostra que os super ricos (0,1% da população brasileira hoje) ganham em um mês o mesmo que uma pessoa que recebe um salário mínimo (937 reais) – cerca de 23% da população brasileira – ganharia trabalhando por 19 anos seguidos (ROSI, 2017, p.1).

A partir da análise da reportagem publicada no Jornal El País, observa-se a desigualdade que há na distribuição da riqueza socialmente produzida, onde a classe dominante concentra a maior fatia de riqueza enquanto segmentos como, por exemplo, a população em situação de rua fica a margem da sociedade. Como trás Silva, 2009 citando Tiene, 2004 os/as cidadãos/ãs são levados/as a situação de rua por condicionantes impostos pela sociedade de classes, que é organizada segundo a autora para defender o mercado e a mercadoria, e não as pessoas e a vida. Nesse contexto capitalista entende-se que

---

<sup>2</sup> [...] deve ser entendida não como produto exterior ou mero distúrbio do sistema de produção, mas, antes, como produto histórico, necessário à acumulação e ao desenvolvimento da riqueza do sistema capitalista (MARANHÃO, 2010 apud REIS, 2014, p.40).

o fenômeno social população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas” (SILVA, 2009, p.91).

Ou seja, o fenômeno não se explica a partir de um único determinante, todavia, na base de suas determinações estão os condicionantes relacionados à estrutura da sociedade capitalista e aos processos inerentes a acumulação do capital, como, por exemplo, a produção contínua de uma massa de desempregados/as não absorvidos/as pelo mercado.

A partir da concepção de método adotada para a realização do presente estudo, entende-se a situação de rua como elemento desencadeado pelo modo de produção vigente, logo é expressão de desigualdade da questão social. Todavia, a questão social não suscita apenas expressões de desigualdade, mas também gera resistência frente à realidade posta. Nessa conjuntura uma importante manifestação de resistência se configura no protagonismo social dessa população, sendo um marco importante desta resistência o fator de que a mobilização social das pessoas em situação de rua culminou na construção da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de rua. A partir de um contexto de extrema desigualdade, exclusão e violações de direitos, organizou-se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Esse movimento tem desempenhado uma forte resistência a essa conjuntura de realização dos sujeitos.

Portanto, o protagonismo, a participação dos sujeitos nos espaços de tomada de decisões, nessa conjuntura de ofensiva neoliberal é de suma importância, pois, efetivamente, nessa sociabilidade a qual estamos inseridos a forma que mais se aproxima da garantia de direitos se dá através das políticas públicas. O Estado burguês que tende a favorecer o capital, só apresenta respostas às expressões da questão social quando a população consegue exercer sobre ele um tensionamento que se efetiva através da mobilização e consciência crítica da sociedade, pois,

[...] o Estado apresenta respostas quando os afetados por essas expressões são capazes de exercer sobre ele, uma pressão organizada. Não basta que haja expressões da questão social para que haja política social; é preciso que aqueles afetados pelas suas expressões sejam capazes de mobilização e organização para demandar a resposta que o Estado oferece através da política social (NETTO, 2003, p.15-16).

Diante dessa realidade destaca-se a relevância do papel desempenhado pelas instituições junto aos/as usuários/as, principalmente aos/as profissionais assistentes sociais no intuito de corroborarem para o fomento desta organização política e formação de consciência crítica. Pois, o que se observa na realidade de São Borja, é o não protagonismo destes sujeitos, o esvaziamento de espaços que estes poderiam estar reivindicando pela ampliação de seus direitos. Como observamos a mobilização do MNPR foi e é de extrema importância no sentido de efetivação de políticas públicas para este segmento. E na realidade local predomina a despolíticação desta desigualdade social, onde não se tem espaços de fomento para discutir a temática junto com essa população, nesse sentido se faz imprescindível o Serviço social para realizar essas articulações e criar espaços de resistência e tensionamento.

Silva (2009) aponta seis aspectos considerados característicos do fenômeno população em situação de rua. O primeiro aspecto pode ser compreendido como fruto de múltiplas determinações, ou seja, considera-se que a situação de rua é desencadeada por diversos fatores. Esses fatores podem ser de natureza estrutural, biográficos ou decorrentes de fenômenos da natureza. Entretanto, sob o viés marxista há que se conceber que esses fatores se cruzam entre si, ou seja estão interligados, logo não se pode fragmentar a análise sob um único fator. “O segundo aspecto característico é a distinção do fenômeno como uma expressão radical da questão social na contemporaneidade” (SILVA, 2009, p.106). Aspecto este já elucidado no início do capítulo, no entanto, cabe ressaltar que

essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do Estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo. Nesse contexto, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constituiu fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente a capacidade de absorção do capitalismo (SILVA, 2009, p. 115-116).

Nessa conjuntura a situação de rua configura-se como expressão radical da questão social no contexto contemporâneo, “que materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de produzir riqueza para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de

degradação de vida” (SILVA, 2009, p. 116). O terceiro aspecto que compõe as características do fenômeno situação de rua refere-se ao fator de sua localização centrar-se majoritariamente nos grandes centros urbanos. Entretanto, que fatores explicam essa característica? Em linhas gerais explica-se pela

conjugação de vários fatores, como a maior circulação do capital, a infraestrutura, a arquitetura e a geopolítica dos grandes centros, ajuda a explicar por que esse fenômeno é essencialmente um fenômeno urbano. Os municípios, pouco urbanizados, não oferecem as possibilidades alternativas de abrigo e sustento oferecidas pelos grandes centros urbanos (SILVA, 2009, p. 119).

O quarto aspecto característico, segundo Silva (2009), relaciona-se ao preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno.

Em todas as épocas e lugares sempre houve discriminações relacionadas às pessoas em situação de rua. As diversas denominações pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-los são exemplos do preconceito social existente: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros (SILVA, 2009, p. 119).

Evidencia-se que é corriqueiro que os sujeitos que se encontram em situação de rua sejam responsabilizados pela situação em que os/as mesmos/as se encontram. Culpabiliza-se essa população pelo processo de exclusão ao qual estão expostos, sem considerar os diversos condicionantes por detrás dessa realidade. Também isenta-se o Estado de sua responsabilidade de garantir a equidade social para dessa forma alcançar minimamente a justiça social. Ao invés disso observa-se que

as práticas higienistas, direcionadas para camuflar o fenômeno, mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas, continuam presentes nos tempos atuais, nos grandes centros urbanos do País, até mesmo conduzidas por órgãos do Poder Público. Essas práticas são impregnadas de preconceitos e estigmatizam as pessoas a quem são dirigidas (SILVA, 2009, p. 120).

Evidencia-se assim que apesar de algumas conquistas de direitos por parte da população em situação de rua, ainda se fazem presentes na contemporaneidade ações de repressão e discriminação por parte das instituições que deveriam garantir

o direito a esses sujeitos. Ao invés de investimentos em ações que afiancem o mínimo de dignidade social a esses indivíduos, recorre-se a práticas conservadoras e recriminatórias para com os mesmos. O quinto aspecto característico refere-se às particularidades vinculadas ao território em que se manifesta.

São particularidades decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território. Essas especificidades se refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas e nas estratégias de subsistência utilizadas pelas pessoas em situação de rua (SILVA, 2009, p. 120-121).

O sexto e último aspecto característico apontado por Silva (2009), que se destaca na realidade brasileira, é a tendência à naturalização do fenômeno.

É uma tendência acompanhada pela inexistência de políticas sociais universalizantes, capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais na perspectiva de ampliar a cidadania, de garantir cobertura às pessoas que se encontram em situação de rua. É acompanhada também pela quase inexistência de dados e informações científicas sobre o fenômeno, bem como pela convivência incontestável com ele nos grandes centros urbanos. Essa tendência leva a ver o fenômeno como um processo natural da sociedade moderna, que deve ser amenizado, controlado, para não comprometer a ordem burguesa, ou ainda como resultante dos traços invariáveis da sociedade humana e não como um produto das sociedades capitalistas. É, pois, uma tendência que atribui aos indivíduos a responsabilidade pela situação em que se encontram, isentando a sociedade capitalista da produção e reprodução do fenômeno e o Estado da responsabilidade de enfrentá-lo (SILVA, 2009, p. 122).

Esse conjunto de aspectos característicos do fenômeno 'pessoas em situação de rua' auxilia na compreensão do mesmo, assim como contribui para a aproximação com a essência dessa expressão da questão social e de seus reflexos desencadeados na vida dos/as usuários/as. Essas características fornecem elementos básicos para a análise da situação de rua numa perspectiva crítica que considera a realidade social na sua integralidade, pautada por um viés histórico e contraditório. Em síntese:

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém, possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência a

naturalização do fenômeno, que no país é acompanhada pela quase inexistência de dados e informações científicas sobre ele e pela inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2009, p. 122).

Após esse breve resgate histórico do fenômeno ‘pessoas em situação de rua’ no âmbito da sociedade de classes e das características básicas que constituem essa realidade, entende-se importante fomentar a discussão acerca dos sujeitos que fazem uso de espaços públicos para sua habitação. Nesse sentido, busca-se problematizar às diferentes terminologias associadas à população de rua e os processos de exclusão e discriminação que perpassam as mesmas.

Nesse intuito pode-se observar que há uma série de conceitos a eles associados que ajudam a reforçar o processo de exclusão social que os/as mesmos/as estão vivenciando, tendo em vista a realidade a qual estão inseridos/as. No entanto, vale ressaltar que para além “de expressões e conceitos que podem reiterar processos excludentes, a desigualdade concreta vivenciada pelos sujeitos e famílias nesta situação é a questão central” (PRATES, PRATES; MACHADO, 2011, p.193) e não será o modo como são denominadas/os que vai suprir os inúmeros processos de violação de direitos aos quais estão expostos/as, entretanto, como reforçam os/as autores/as:

a melhor precisão de conceitos pode auxiliar estudos e pesquisas que, ao darem visibilidade a essa realidade, ao levarem para o debate público esses questionamentos, ao subsidiarem propostas e políticas contribuam com estratégias para a redução dessas desigualdades e o fortalecimento das resistências empreendidas por esses sujeitos (PRATES, PRATES; MACHADO, 2011, p.193).

Partindo, deste pressuposto buscar-se-á sintetizar a forma mais adequada de nominar este segmento populacional. Problematiza-se que o termo ‘população de rua’ remete ao estigma de que esses sujeitos vieram das ruas, no entanto, a autora Machado (2012, p. 52) ressalta que:

ninguém é de rua, os sujeitos encontram-se nesta situação, porém têm histórias anteriores e vão para as ruas como alternativa possível de vivência ou sobrevivência. Os sujeitos vão às ruas [...] por um conjunto de condicionantes econômicos, sociais, culturais, etc., que devem ser compreendidos a partir da perspectiva histórica de movimento e processo e não como um estado individual onde o sujeito é não só responsável por esta situação, mas também a ela está irremediavelmente preso.

Ao compreender os sujeitos como pessoas de rua corre-se o risco de desconsiderar o processo estrutural mais amplo que impõem condicionantes, especialmente numa sociedade de classes, ignorando o modo de produção capitalista que acaba por intensificar as mazelas sociais.

Nesse contexto emerge outra terminologia utilizada que se refere a este segmento como 'população em situação de rua', com a adoção desse termo fica mais nítido a ideia de movimento, ou seja, a possibilidade de transformação dessa realidade social, assim como remete a pensar uma série de situações e diversidades encontradas nessa realidade das ruas. Machado (2012), afirma que a ida para rua, a vivência nesse espaço, fazer deste sua morada não ocorre de forma imediata. Esse processo nas palavras da autora "vai ocorrendo de forma gradativa, por um contingente complexo de situações, de alternativas, de enfrentamentos da questão social" (MACHADO, 2012, p. 52). A autora segue discorrendo sobre a dificuldade de transformar o olhar em relação a esse segmento da população, pois, há muitos estereótipos relacionados a este, como por exemplo, a própria evolução conceitual de 'moradores de rua', para 'pessoas em situação de rua' é um desafio permanente.

Os/as autores/as Prates, Prates e Machado (2011) problematizam que estar em situação de rua é diferente do termo ser de rua, isto é, ver essa realidade social como estado e não como um processo decorrente de uma série de outros determinantes é uma maneira de reforçar essa desigualdade, sem considerar a possibilidade de superação desta expressão da questão social, oriunda dos processos desencadeados pela forma organizacional da sociedade capitalista. O termo pessoas em situação de rua busca remeter-se a diversidade e pluralidade encontrada no espaço da rua, pois, encontram-se neste espaço os mais diversos sujeitos sociais, cada um com suas particularidades e forma de subjetivar a questão social em sua realidade.

[...] consideramos essa expressão mais apropriada para designar o fenômeno e a situação a que são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista. A expressão alude, portanto, a uma situação decorrente, em última instância, da estrutura basilar da sociedade capitalista e não apenas das perdas e infortúnios de indivíduos, uma condição social gerada pela produção capitalista no processo de acumulação do capital, mediante a produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente a necessidade média de expansão do capital, uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados (SILVA, 2009, p.137).

No que tange a caracterização da realidade das pessoas que se encontram em situação de rua, a terminologia mais adequada para retratar esses processos sociais que perpassam o cotidiano da rua, trata-se da categoria processo de rualização. Esta categoria reconhece esse fenômeno como um processo social, uma situação que vai se configurando a partir de múltiplos condicionantes, como abordam Prates; Prates e Machado (2011). Ou seja, a concepção de 'processo de rualização' é uma forma de resistência à afirmação de que as pessoas são de rua, considerando que pessoas em situação de rua são aquelas se utilizam do espaço da rua como forma de existência, sobrevivência e moradia, mesmo de forma temporária, o que caracteriza o início do processo de rualização.

### **3.1 Produção de conhecimento acerca do tema: visibilidade e reflexões críticas sobre a realidade das pessoas em situação de rua**

No sentido de fomentar a problematização acerca da temática pessoas em situação de rua, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, onde buscou-se abranger as publicações realizadas no período de 2006 a 2018 junto ao Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto foram elencadas categorias chaves de pesquisa relacionadas aos objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso. A primeira palavra chave buscada foi 'pessoas em situação de rua', onde se evidenciou nove resultados localizados na área das Ciências Sociais Aplicadas - Serviço Social.

A partir da busca realizada no banco de teses e dissertações da CAPES pode-se apontar que nos anos de 2006 a 2013 não houve nenhuma publicação relacionada à palavra-chave buscada, apesar da importância do debate sobre o fenômeno.

**Quadro 1: Dissertações produzidas no ano de 2014 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da instituição</b>
Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário	Gestão de políticas sociais com ênfase nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua.	Pública

Gestão Social da População em Situação de Rua na cidade de Vitória – ES – 2005 a 2012	Gestão Social da População em Situação de Rua no âmbito da Política de Assistência de Social.	Pública
O Centro Comunitário São Martinho de Lima: um espaço de vivência para a População em Situação de Rua em São Paulo	Participação popular em espaços comunitários e sua importância na construção da cidadania, buscando enfatizar nessa conjuntura a importância do protagonismo social na luta por direitos.	Privada
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 3</b>		

Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

No ano de 2014 houve um aumento em relação aos anos anteriores que abrangem 2006 a 2013 no número de produções voltadas as Pessoas em Situação de Rua, onde se observa três produções sobre o tema sendo que duas destas foram construídas em Universidades Públicas, na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e uma dissertação de mestrado elaborada em instituição privada mais precisamente na Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo (PUC-SP). Portanto, o percentual de produções em instituições públicas foi cerca de 66% enquanto nas instituições privadas foi por volta de 33%.

Em 2014 no âmbito das instituições públicas as produções tiveram maior ênfase no que se refere à linha de pesquisa relacionada à gestão de políticas sociais voltadas a população em situação de rua. A primeira produção centra a discussão acerca dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centros POP) bem como se busca contextualizar a conjuntura na qual emergiram os mesmos através da tipificação dos serviços sócio assistenciais no ano de 2009.

Outro ponto importante que cabe destaque nas produções é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), onde a referida legislação representa um avanço na garantia de direitos a esta população, assim como estrutura a proteção social em diferentes níveis de complexidade, sendo estas a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A PNAS situa os Centros POP como pertencentes à Proteção Social Especial de Média Complexidade e a partir disso organiza todo o modelo da instituição. Observa-se a ênfase dada na análise do Serviço Especializado para Pessoas em Situações de Rua no âmbito do Centro POP de Londrina neste caso específico a autora buscou realizar a análise a partir da perspectiva dos/as usuários/as atendidos pela instituição.

As produções do ano de 2014 evidenciam também o estudo acerca do atendimento prestado as pessoas em situação de rua, a partir do previsto pela Política de Assistência de Social. Com o objetivo de averiguar se o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social, representa possibilidades para a garantia de direitos dessa população ou, se em sua maior parte apenas realiza a manutenção dessa população sob condições mínimas de sobrevivência. Como alguns dos resultados com maior evidencia está nos achados da referida pesquisa o caráter de atendimento apenas as necessidades biológicas desses/as usuários/as, sendo diante disso limitadas as possibilidades de emancipação desses sujeitos.

No que tange a produção sobre a temática produzida no âmbito das universidades privadas, esta teve menor evidência do que no setor público, com o quantitativo de uma produção o que equivale a 33% do total produzido nesse período. A ênfase da pesquisa foi à questão da participação da população em situação de rua em espaços comunitários. Um dos pontos principais que a referida pesquisa buscou analisar foi como o processo de participação popular se efetiva como um mecanismo de luta para acessar determinados direitos sociais. A linha de pesquisa esta relacionada ao entendimento de que a participação popular constitui-se em um elemento central para o exercício da cidadania e a construção dos processos democráticos. Como resultados obtidos na pesquisa enfatizam-se dois contrapontos. O primeiro trata dos espaços comunitários de convivência constituem-se como espaços que fortalecem o aprendizado de que a consolidação de direitos se dá através do exercício da cidadania, e esta por sua vez só se efetiva a partir da participação dos sujeitos. O segundo ponto vai de encontro ao primeiro, pois os achados da pesquisa apontam que a participação das pessoas em situação de rua em espaços comunitários ocorre devido a necessidades dos mesmos, isto é, a vulnerabilidade social acaba impondo a estes/as usuários a necessidade de participação nesses espaços, como um condicionante de acesso a política de assistência social.

**Quadro 2: Dissertações produzidas no ano de 2015 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da instituição</b>
O egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo	Condição de vida do egresso prisional em situação de rua.	Privada
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 1</b>		

Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

Em 2015 se evidencia que não houve produções nas universidades públicas sobre o tema. No período em destaque houve apenas uma produção na PUC- SP, universidade esta de cunho privado, logo as instituições de caráter privado representam 100% das pesquisas realizadas sobre a temática. No referido ano enfatizou-se a temática das pessoas em situação de rua sob a perspectiva do modo de vida do egresso prisional em situação de Rua no Estado de São Paulo. Para tal, a pesquisa buscou identificar o caminho percorrido pelos egressos prisionais até chegarem à situação de rua, assim como que profissionais realizam o atendimento a este público.

Enfatiza-se também na pesquisa a busca pela análise da conjuntura brasileira a fim de compreender esse fenômeno da situação de rua entre egressos prisionais, ao encontro dessa ideia ganha ênfase a análise do sistema prisional brasileiro, bem como estudasse a situação do egresso prisional a fim de buscar compreender fatores que corroboram para que os mesmos acabem em situação de rua, dentre estes ganham destaque a forma como a sociedade trata os egressos prisionais, os vínculos fragilizados após a situação de encarceramento, desemprego, dentre outros. Cabe destaque também a ênfase dada às políticas públicas de assistência social, saúde e de segurança pública no trato com o egresso prisional em situação de rua.

**Quadro 3: Dissertações produzidas no ano de 2016 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da instituição</b>
Desdobramentos da adesão do governo do Distrito Federal à Política Nacional para a População em Situação de Rua	Política Nacional para a População em Situação de Rua.	Pública
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 1</b>		

Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

Prosseguindo a análise tem-se no ano de 2016, o total de uma produção registrada na plataforma CAPES, sendo esta produzida na Universidade de Brasília (UnB). Pode-se observar que o enfoque da pesquisa é a Política Nacional para a População em Situação de Rua, mais precisamente os desdobramentos oriundos da adesão do governo do Distrito Federal a referida política social. A pesquisa pauta-se pela análise Marxiana acerca do fenômeno da população em situação de rua, onde nesta perspectiva a situação de rua é compreendida enquanto resultado dos processos de exploração e precarização do trabalho, fenômenos estes inerentes ao

modo de produção capitalista. A pesquisa busca enfatizar o perfil contemporâneo da população em situação de rua e também as particularidades do território onde foi desenvolvida a pesquisa, assim como da ênfase as configurações assumidas recentemente pelas políticas sociais e pelo estado no enfrentamento à questão social, compreendendo essa conjuntura de modificações como resultado das mudanças ocorridas no capitalismo.

Os eixos norteadores da única produção sobre a temática em 2016 giram em torno dos direitos previstos e implementados às pessoas em situação de rua, assim como qual a real abrangência desses direitos, e a necessidade de ações intersetoriais entre as políticas. Assim como a produção busca problematizar a gestão e o controle social e o financiamento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diante do exposto a autora da dissertação confirma sua hipótese de pesquisa, que refere que a adesão do governo a Política Nacional para a População em Situação de Rua apesar de representar um avanço na ampliação de direitos, não representa uma real mudança na realidade desses sujeitos, pois as instituições que executam as políticas sociais representam uma reprodução da atual lógica neoliberal de ações focalizadas, condicionadas e seletivas nas palavras da autora, em detrimento de uma perspectiva de universalidade no acesso aos direitos sociais. Isto é, as políticas sociais ao mesmo tempo em que representam uma conquista na garantia de direitos, também segmenta a luta pela universalidade em pequenos blocos, como o caso da população em situação de rua.

**Quadro 4: Dissertações produzidas no ano de 2017 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da instituição</b>
Políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional e acesso a alimentação de Pessoas em Situação de Rua no município do Rio de Janeiro	Avaliação de como os programas e ações das Políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional podem afetar a situação de (in) segurança alimentar de Pessoas em Situação de Rua.	Pública
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 1</b>		

Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

No ano de 2017 aponta-se a produção de uma dissertação de mestrado, sendo esta em instituição de ensino de natureza pública. Tendo a pesquisa ênfase em torno das políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), enquanto mecanismos potenciais de enfrentamento ao não acesso a

alimentação da população em situação de rua. O estudo evidencia os múltiplos desafios enfrentados pela população em situação de rua para acessar a alimentação, tais como, a inadequação dessas políticas públicas para atender as necessidades dessa população, principalmente no que tange a questão da segurança alimentar. A pesquisa aborda que se por um lado houve um significativo avanço da política de assistência social e da SAN, especialmente após a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por outro, as pessoas em situação de rua ainda enfrentam diversos desafios para acessar os programas, projetos e serviços previstos nessas duas políticas, muito disso devido a não adequação das políticas sociais com as necessidades e a heterogeneidade desses/as usuários/as.

A pesquisa aponta que devido às inadequações das políticas públicas, acaba se constituindo como principal forma de acesso à alimentação da população em situação de rua e conseqüentemente como uma forma de enfrentamento a insegurança alimentar, as chamadas carreatas, que são ações de distribuição de refeições promovidas por instituições de caráter religioso, filantrópico ou organizações não governamentais. O que acaba por despolitizar o trato da questão social, entretanto, se não fossem essas ações um número ainda maior de pessoas não teriam acesso a nenhuma forma segura de alimentação. A dissertação aborda também como questão central as formas de acesso à alimentação no âmbito das políticas públicas, contextualizando que na Política de Assistência Social a principal forma de acesso se constitui através do serviço de acolhimento, mais precisamente os abrigos públicos, mas, no entanto, essa instituição atinge somente cerca de 6,7% da população em situação de rua.

Já no que abrange a política de Segurança Alimentar e Nutricional cabe destaque os Restaurantes Cidadãos, que segundo a pesquisadora, poderiam contribuir para a redução do quadro de insegurança alimentar devido ao fator de ofertarem alimentação saudável a um custo acessível, no entanto, o funcionamento desses restaurantes vem sendo interrompidos na atual conjuntura de retrocessos de direitos, por fim, aborda-se a política de saúde que através dos consultórios de rua atendem diretamente a essa população, mas que, entretanto, não ofertam alimentação. Diante dessa conjuntura das políticas sociais acaba ocorrendo o protagonismo de instituições de caráter caritativo no atendimento a essa demanda, pelo fato das políticas sociais não estarem conseguindo enfrentar essa expressão da

questão social. Isso acaba por despolitizar a questão social e desresponsabilizar o Estado de seus deveres o que conseqüentemente resulta em sujeitos de direitos a mercê da benemerência da sociedade civil.

**Quadro 5: Teses produzidas no ano de 2017 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da Instituição</b>
Perspectivas do meio-fio: entre os direitos sociais e as histórias de vida da População em Situação de Rua na região do Vale do Ribeira – SP	Direitos legalmente assegurados versus as histórias de vida da População em Situação de Rua.	Privada
O alcance da Proteção Social à População em Situação de Rua: a fuga do paradigma do direito	Mudanças e permanências de paradigmas e ofertas na Política de Assistência Social decorrentes da implantação do SUAS.	Pública
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 2</b>		

Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

A segunda produção no âmbito público de ensino no ano de 2017 refere-se a uma tese de doutorado, sendo que no ano de 2016 não há a produção de nenhuma tese. A produção do ano de 2017 centra-se na gestão de políticas sociais com enfoque na análise da proteção social à população em situação de rua, mais precisamente nas mudanças e permanências de paradigmas no âmbito da política de assistência social, são estes o paradigma filantrópico/ benemerente e o paradigma do direito no atendimento ao fenômeno da população em situação de rua. Diante disso a pesquisa busca evidenciar o alcance da política de assistência social a este segmento da população, elucidando os entraves que o paradigma do direito enfrenta no contexto da sociedade civil, que tende a condicionar o tratamento às pessoas em situação de rua a práticas caritativas e benevolentes, anulando muitas vezes o caráter dessa população enquanto sujeitos de direito.

Para finalizar a análise do ano de 2017, tem-se o quantitativo de uma produção no âmbito das instituições de caráter privado, sendo esta a PUC- SP, onde na presente tese de doutorado busca-se realizar um paralelo entre os direitos sociais assegurados legalmente e as histórias de vida da População em Situação de Rua, na Região do Vale do Ribeira-SP. Tem-se por objetivos específicos da pesquisa traçar um perfil qualitativo da População em Situação de Rua, buscar identificar nas histórias de vida desses sujeitos as possibilidades de interação com as políticas públicas, assim como caracterizar o atendimento oferecido à População em Situação de Rua, sendo estas as ideias de maior ênfase na referida pesquisa.

**Quadro 6: Dissertações produzidas no ano de 2018 sobre o tema Pessoas em Situação de Rua**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da Instituição</b>
População adulta em situação de rua e as novas configurações do trabalho e dos trabalhadores	A relação da População em Situação de Rua com o mundo do trabalho.	Pública
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 1</b>		

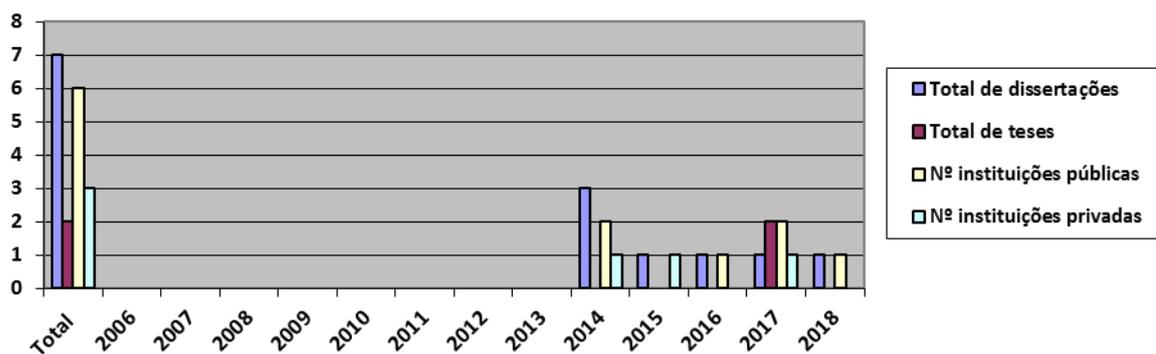
Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

Finalizando a análise da categoria ‘Pessoas em Situação de Rua’, observa-se que no ano de 2018 há o quantitativo de uma produção, sendo esta construída no âmbito público da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A dissertação tem ênfase na análise da relação da População em Situação de Rua com o trabalho, e para tanto se fez necessário à elaboração de um panorama das principais transformações ocorridas no mundo do trabalho no contexto contemporâneo, destacando-se o processo de precarização, flexibilização e terceirização do trabalho.

No entanto, ressalta-se no estudo que não se pode condicionar as questões enfrentadas por quem esta em situação de rua apenas a temática do trabalho, diante disso ganha destaque a necessidade de analisar de forma crítica o fenômeno da situação de rua, levando em consideração o contexto de forma mais ampla, isto é, realizando mediações, entre a aparência e a estrutura mais ampla por detrás da situação de rua, como por exemplo, os processos de marginalização, pauperização sofridos por esses sujeitos, bem como a problemática que envolve a ocupação dos espaços urbanos, tudo isso desencadeado por uma sociedade desigual. Enfim, a ênfase maior da pesquisa é demonstrar como as novas configurações do mundo do trabalho incidem no processo de ida, manutenção e saída das ruas.

Para finalizar a problematização sobre a primeira categoria de análise observa-se o exposto no gráfico 1.

**Gráfico 1: Dissertações e Teses sobre o tema Pessoas em Situação de Rua em instituições pública e privadas dos anos de 2006 a 2018**



Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

Diante do gráfico verifica-se que houve a produção de 7 dissertações de mestrado, sendo que 5 destas foram elaboradas em instituições públicas e 2 em instituições privadas, o que significa que o percentual de 71,42% das produções foram construídas em instituições públicas e aproximadamente 28% em instituições privadas. Constatam-se também a partir da análise alguns assuntos transversais a todas as produções, como a questão da gestão de políticas sociais voltadas a essa população, outro ponto central refere-se à abordagem de serviços e políticas voltadas a População em Situação de Rua, com destaque para as Políticas de Assistência Social, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Política Nacional para a População em Situação de Rua e Política de Segurança Pública.

A análise marxiana é um elemento presente em todas as produções e a mesma permite aos autores a compreensão do fenômeno da situação de rua enquanto resultado do modo de produção capitalista, dando-se ênfase aos processos de exploração e precarização do trabalho vivenciados pela classe trabalhadora. Logo, enfatiza-se a importância de um olhar crítico sobre a realidade para não se adotar uma visão determinista de que as questões que perpassam a situação de rua limitam-se apenas ao mundo do trabalho. O que se defende nas pesquisas é a centralidade que o trabalho possui na vida da população e não só das pessoas em situação de rua.

Cabe destaque a ênfase dada nas produções ao conflito entre o paradigma do direito e o da benesse a qual a população de rua esta constantemente exposta, onde por um lado às políticas públicas não dão conta de sanar as demandas advindas da situação de rua ou no máximo estas contribuem para a manutenção

dessa situação em condições precárias a essa população, e por outro lado a o aumento da oferta caritativa de serviços básicos como alimentação, vestuário, etc, o que acaba por desresponsabilizar ainda mais o Estado e despolitiza o enfrentamento a questão social. Diante dessa conjuntura as dissertações enfatizam a importância e a necessidade da participação e protagonismo social da População em Situação de Rua junto a espaços de tomada de decisões e no controle social de políticas públicas, para dessa forma inserir na agenda pública suas demandas e lutas por direitos sociais básicos, como alimentação e moradia, por exemplo.

Ao ser observado o gráfico 1 evidencia-se a produção de 2 teses de doutorado, sendo 1 produzida em instituição pública e a outra em instituição privada. Sendo transversais as duas produções a ênfase dada ao atendimento oferecido a População em Situação de Rua, buscando-se elucidar as mudanças e permanências de paradigmas da Política de Assistência Social no enfrentamento ao fenômeno da situação de rua.

### **3.2 Perfil das Pessoas em Situação de Rua**

No que tange ao perfil das pessoas em situação de rua pode-se afirmar que

são diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros, que constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas. Ressalte-se ainda a presença dos chamados “trecheiros”: pessoas que transitam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais) (BRASIL, 2008, p.8).

Partindo desse pressuposto de acordo com dados extraídos da I Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua<sup>3</sup>, realizada pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)<sup>4</sup> em conjunto com a Secretária de Avaliação e Gestão de Informações (SAGI), entre os anos de 2007 e 2008 em âmbito nacional. Com relação ao gênero predominante entre a população adulta em situação de rua, predomina com 82% a presença de homens nessa situação. Referente ao perfil de idade dessa população, de acordo com a pesquisa,

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que na pesquisa só foram entrevistadas pessoas com idade igual ou superior a 18 anos. Crianças e adolescentes não foram entrevistadas.

<sup>4</sup> Atualmente, Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

mais da metade dos/as entrevistados/as o equivalente a 53% encontra-se na faixa etária entre os 25 e 44 anos.

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, sendo que 70,9% deles exercem alguma atividade remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Dentre essas atividades destacam-se a de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Contrariando a imagem comumente difundida, constituem minoria (15,7%) aqueles que pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Estes dados são importantes para desmistificar a percepção de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes” (BRASIL, 2008a, p. 93).

Entretanto, a pesquisa aponta que a maior parte das atividades realizadas pela população em situação de rua localiza-se no mercado de trabalho informal, onde apenas 1,9% dos/as entrevistados/as declara estar trabalhando de carteira assinada. Ou seja, predomina entre esse segmento o trabalho precário, essa realidade aponta elementos típicos da sociedade capitalista e das mudanças ocorridas principalmente no mundo no trabalho, com o intuito de manutenção e fortalecimento do modo vigente de produção.

No que refere a escolaridade desse segmento populacional averiguou-se com a construção da pesquisa que cerca de 74% sabem ler e escrever, 17,1% declararam não saber escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. Sendo que deste percentual 15,1% dos entrevistados na pesquisa afirmou nunca ter estudado. Outro ponto relevante para traçar o perfil dessa população refere-se ao fator de que “a maioria da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições” (BRASIL, 2008, p.10). Nesse contexto ganha destaque o fator do pernoite, onde evidencia-se a preferência pela permanência nas ruas em vez dos albergues. Sendo que 46,5% preferem pernoitar nas ruas, enquanto, 43,8% afirmou preferir passar as noites em albergues. Dentre os motivos para essa realidade, destacam-se segundo os/as entrevistados/as, a falta de liberdade nos albergues, à rotina imposta na instituição (horário de entrada, saída, etc.), a proibição do uso de álcool e drogas nesses locais, fator esse que está relacionado com a falta de liberdade.

Com relação às pessoas que preferem pernoitar nos albergues, ganha destaque como principal motivo pela preferência de não dormir nas ruas a questão

da violência, seguida pelo desconforto. Vale ressaltar também, que nas entrevistas emergiu a problemática das pessoas que costumam pernoitar nas ruas, mas que preferiam dormir nos albergues, evidenciando-se assim a dificuldade de conseguir vagas nessa instituição por parte das pessoas em situação de rua. Realidade esta que retrata um número inferior de vagas disponibilizadas em relação ao número de demandas efetivas de cada município.

Dos/as entrevistados/as na pesquisa nacional realizada pelo MDS e pela SAGI, cerca de 51,9% afirmou possuir família que reside no município em que se encontra. No entanto enfatiza-se que 38,9% não mantém nenhum contato com a família, apesar de possuir parentes residentes na cidade na qual está morando e 14,5% mantém contato, porém, em períodos espaçados de tempo, de dois em dois meses ou até um ano, como retrata a pesquisa. “Os contatos são mais frequentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados, parcela que pode ser considerada expressiva, em função das características e condições de vida desta população” (BRASIL, 2008a, p. 92). Sendo que 39,2% dos entrevistados/as consideram como bom ou muito bom o relacionamento mantido com a família residente no mesmo município, enquanto 29,3% afirmam ser ruim ou péssimo este relacionamento familiar. A pesquisa retrata também que 81,5% possuem família que reside em outros municípios e 23,1% mantém contato com estes parentes.

Todavia, em contraponto as declarações foi realizado um cruzamento de dados no âmbito da I Pesquisa sobre População em Situação de Rua, que apontou que 95% dos/as entrevistados/as possui família na cidade em que moram e/ou em outros municípios e que 40,9% mantém contato com esses familiares, residentes na mesma cidades que os/as mesmos/as ou em outras cidades. Analisando essa conjuntura há que se ponderar a subjetividade desses sujeitos, ou seja, o que ou quem eles consideram família, qual a história de vida por detrás das respostas fornecidas e assim por diante. Logo, deve ser realizada uma análise para além somente da disparidade evidenciada entre as declarações dos/as entrevistados/as e o cruzamento de dados realizados pelo MDS.

Outro elemento importante que compõem o perfil da população em situação de rua, em âmbito nacional, refere-se ao elevado índice de entrevistados/as que não possuem documentação. De acordo com a pesquisa nacional, cerca de 25% não possui qualquer documento de identificação. Esse fator acaba por dificultar o acesso ao mercado de trabalho, a serviços, programas e benefícios do governo, tudo isso

acarreta no não exercício da cidadania por parte desta população. Ao encontro a essa realidade de não exercício da cidadania por parte das pessoas em situação de rua, evidencia-se a realidade de não cobertura dos programas sociais a essa população. Denota-se que 88,5% dos/as entrevistados/as não acessam a nenhum benefício social, como por exemplo, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, etc.

### 3.2.1 Perfil das pessoas em situação de rua no município de São Borja

No presente subitem buscou-se elucidar a realidade do município de São Borja no período de 2006 a 2018 no que concerne a população em situação de rua atendida pelo CREAS. Após a realização da coleta de dados observou-se que não há dados disponibilizados no que se refere aos anos de 2006 a 2009. Tal constatação aponta para algumas particularidades da realidade local, onde a rede socioassistencial começa a se organizar no município exatamente no ano de 2006. Portanto, o CREAS nesse período recém está iniciando a organização dos seus serviços, de sua equipe e assim por diante, sendo este um dos fatores evidenciados para o não arquivamento de nenhum dado referente ao objeto de estudo.

Prosseguindo a análise referente ao perfil da população em situação de rua no município de São Borja, têm-se os dados referentes ao período que abrange os anos de 2010 a 2015, onde evidencia-se os seguintes dados:

**Quadro 7: Classificação quanto ao sexo dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sexo						
Masculino	3	4	30	25	17	16
Feminino	0	0	0	5	1	3

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

Diante das informações sistematizadas no quadro sete, observa-se a predominância de usuários do sexo masculino atendidos pelos/as profissionais do CREAS entre os anos de 2010 e 2015. Tendo em vista que das 104 demandas atendidas nesse período, 95 corresponderam a usuários do sexo masculino. Aponta-se também que apenas em 2013 há o histórico de atendimentos a mulheres, pois,

nos anos anteriores as demandas registradas foram predominantemente de pessoas em situação de rua do sexo masculino. Portanto, a realidade do município de São Borja aponta para a tendência do protagonismo do sexo masculino em processo de rualização.

**Quadro 8: Faixa etária dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Idade						
Até 20 anos	0	0	1	0	1	1
21 a 30 anos	0	2	6	10	4	3
31 a 40 anos	0	1	3	3	5	4
41 a 50 anos	0	0	4	6	2	6
51 a 60 anos	2	1	6	5	2	3
Acima de 60 anos	1	0	3	0	3	1
Não especificado	0	0	7	6	1	1

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

Diante da sistematização dos dados denota-se que no ano de 2010 houve a predominância de adultos entre 51 e 60 anos de idade, com um percentual aproximado de 67% do total das demandas atendidas, seguido por 33% de usuários acima dos 60 anos de idade em situação de rua. Já no ano de 2011 evidenciou-se, segundo as fichas de acompanhamento analisadas, que dos 4 usuários atendidos, 50% corresponde a faixa etária entre 21 e 30 anos, seguido pelos índices de 25% que abrangem as idades de 31 a 40 anos e 51 a 60 anos, respectivamente. A análise elucida, portanto, o protagonismo de jovens que se encontram em situação de rua, onde mais adiante serão apontados fatores que auxiliam na compreensão deste dado.

Em 2012 apurou-se que 23% dos/as usuários/as não tiveram sua idade especificada no preenchimento dos prontuários, com relação aos demais observa-se que, 20% corresponde a pessoas com idade entre 21 e 30 anos e 51 a 60 anos concomitantemente, 14% representa a faixa etária de 41 a 50 anos, 10% engloba os usuários entre 31 e 40 anos, bem como representa o percentual de pessoas acima dos 60 anos. Por fim, tem-se o índice de 3% que se refere a jovens de até 20 anos de idade.

Referente ao perfil de idade, em 2013 houve a concentração de demandas emanadas por indivíduos entre 21 e 60 anos, não tem registro de casos de menores de 20 anos de idade tão pouco de idosos. O maior índice se concentrou na faixa etária entre 21 e 30 anos, representando 33% como denota-se no quadro de número 8. Novamente observa-se que um expressivo percentual de usuários/as não especificou informações relacionadas à idade, o que aponta que no momento da intervenção os/as mesmos/as não portavam documentos, esse número representou 20% dos/as usuários/as atendidos/as. Foi de 20% também o número de atendimentos realizados para pessoas na faixa etária entre 41 e 50 anos, seguido por 17% das pessoas em situação de rua que tinham entre 51 e 60 anos. Por fim dos/as 30 usuários/as atendidos/as 10% equivaleu às idades entre 31 e 40 anos de idade.

No que diz respeito ao perfil de idade desses/as usuários/as atendidos/as no ano de 2014 observa-se a prevalência da faixa etária entre 21 e 40 anos de idade, contabilizando o total de 50% do total de demandas atendidas pelo CREAS. No que abrange ao ano de 2015 predominou o atendimento a usuários/as na faixa etária entre 41 e 50 anos, com um índice de 32%.

**Quadro 9: Locais utilizados como moradia pelos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Local de moradia						
Praças, casas abandonadas, etc.	3	1	8	2	4	5
De passagem por São Borja	-	2	2	15	8	4
Alterna entre a rua e casas de familiares e conhecidos	-	-	1	-		2
Não especificado	-	1	19	13	6	8

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

No ano de 2010 segundo os dados obtidos junto ao CREAS aponta-se que 100% das pessoas em processo de rualização tinham como local de moradia praças, casas abandonas e/ou similares. Outro dado relevante que compõe o perfil dessa população no referido ano, relaciona-se ao fator da territorialidade, como averiguado nos prontuários de atendimentos, isto é, todos os usuários atendidos são

naturais do município de São Borja e não possuem histórico de serem trecheiros<sup>5</sup>/andarilhos.

No ano de 2011 evidenciou-se uma modificação com relação aos locais utilizados de moradia por parte deste segmento em relação ao ano de 2010, de acordo com a tabela construída para sistematizar as informações coletadas através da pesquisa documental junto às fichas de atendimentos do CREAS, ocorreu uma mudança de cenário, onde começa a emergir mais casos de pessoas em situação de rua que estão de passagem pelo município evidenciando-se um índice de 50%, apesar da permanência da utilização de praças e/ou locais similares como espaço de abrigo e sobrevivência, apresentando um índice de 25% das demandas atendidas. É possível identificar tal informação a partir da análise dos prontuários preenchidos pelos/as usuários/as junto ao CREAS.

Referente ao ano de 2012 aponta-se um elevado índice de não especificações nos prontuários dos locais utilizados por essa população para moradia. A análise aponta que 63% das demandas atendidas não apresenta a especificação do local de moradia. Seguido pela porcentagem de 27% que se utilizam de praças, casas abandonadas, etc. para sua moradia. 7% dos usuários afirmou estar de passagem por São Borja e 3% diz alternar entre a rua e casas de amigos e familiares.

No que abrange ao ano de 2013 enfatizou-se a crescente da população em situação de rua que estava de passagem pelo município totalizando 50% dos/as usuários/as atendidos junto ao CREAS, outro dado que chamou a atenção foi o alto índice, cerca de 43%, que não especificou para a assistente social seu local de moradia, isto é, se é natural do município ou se estariam de passagem, no entanto respeitou-se a autonomia desses/as usuários/as em não querer explicar sobre esse fato de suas vidas. Por fim denotou-se que 7% desses/as usuários se utilizam de praças, casa e/ou terrenos abandonados, etc. para fazerem de moradia. .

Em 2014 novamente evidencia-se o protagonismo de pessoas em situação de rua que estavam de passagem pelo município, com um índice de 45% por cento, seguido pelo percentual de 22% que afirmou utilizar praças e/ou similares como local de moradia. Os demais 33% não especificou essa informação. No que se refere ao ano de 2015 houve uma queda do índice da população em situação de rua que

---

<sup>5</sup> Pessoa que percorre várias regiões. Não tem um local fixo de moradia.

estavam de passagem pelo município, como pode ser observado no quadro acima. No período em questão predominou, no entanto, o número de locais de moradia não especificado, destacando-se o índice de 42% para esses casos, os demais 58% dividem-se entre os/as usuários/as que utilizam-se de praças, casas abandonadas e/ou alternam entre a casa de conhecidos e familiares, assim como a população que estava de passagem pelo município.

**Quadro 10: Realidade familiar dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Família						
Sim	3	4	17	19	13	12
Reside em São Borja?						
Sim	3	2	10	7	4	7
Não	0	0	0	0	1	0
Não especificado	0	0	13	11	4	7

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

Outro elemento constitutivo do perfil dessa população foi o questionamento se estes/as possuem família, observando-se a partir da análise de conteúdo que os três usuários que acessaram os serviços do CREAS no ano de 2010, afirmaram possuir família, apesar da fragilização de vínculos relatada pelos mesmos. Após a afirmativa de que os usuários possuem famílias o instrumento utilizado para a coleta de dados questiona se estas famílias residem no município, verificando dessa forma que 100% das famílias residem na cidade de São Borja, de acordo com as declarações dos usuários.

Em 2011, assim como no ano anterior, 100% dos usuários afirmaram possuir família. Outro ponto que se repete em 2011 são os conflitos familiares e a fragilização dos vínculos. Destes 100%, metade das famílias segundo os usuários reside no município, e os demais 50% reside em outras cidades.

Em 2012, assim como nos dois anos anteriores a maior parte dos usuários declarou possuir família, representando 57% do total, os outros 43% não quis especificar esse elemento. Dos 17 usuários que disseram ter família, por volta de 59% das famílias reside em São Borja, 35% das famílias não moram no município e 6% não especificou esse dado. A dificuldade em coletar alguns dados junto aos/as

usuários/as se dá pelo fator da não construção de vínculos com os/as mesmos/as, devido ao não acompanhamento sistemático dos/as usuários/as.

Em 2013 no tangente a questão familiar, 63% afirmou que sim possui algum familiar e 37% não se sentiu a vontade para especificar esse dado. Dos 63% que afirmaram possuir família apenas 37% declarou que a família reside em São Borja. 58% desse total de famílias não moram no município, e 5% dos usuários não especificou o local de moradia de suas respectivas famílias. Chama a atenção esse dado o fator de que grande parte dos/as usuários/as atendidos estavam de passagem pela cidade, logo não são pertencentes a esse território, o que na sua maioria das vezes indica familiares em outras localidades.

No ano de 2014 apontou-se a predominância da população em situação de rua que afirmou possuir algum familiar, sendo que dos 18 usuários atendidos 72% afirmou ter família, 6% declarou não ter nenhuma família e o restante não especificou esse dado. Do total de usuários/as que declarou possuir família o maior índice 69% dessas famílias não reside no município, o que ressalta a particularidade do fenômeno situação de rua neste território, onde apontou-se uma tendência do aumento de pessoas de passagem por São Borja e que, portanto, não possuem laços familiares no município. Por fim, do total de atendimentos realizados em 2015, por volta de 63% dos/as usuários afirmou ter família, mesmo que os vínculos estejam fragilizados. Destes/as 12 usuários/as que declararam possuir família, 58% afirma que sua família reside em São Borja, e o restante, cerca de 42% não moram neste município.

**Quadro 11: Quantitativo de usuários/as em situação de rua que afirmaram ter filhos/as no período de 2010 a 2015**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Filhos/as						
Sim	2	3	6	6	3	5
Não	0	0	2	1	3	0
Não especificado	1	1	22	23	12	14

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

Por fim, para concluir o perfil dessa população no que abrange o período de 2010 a 2015 aponta-se que, no ano de 2010, 67% dos usuários alegou ter filhos/as, e cerca de 33% não especificou essa informação. Em 2011 cerca de 75% dos usuários disse ter filhos/as e 25% não quis especificar esse dado. Já no que se

refere ao ano de 2012 apurou-se os seguintes resultados referente à questão de ter filhos/as, segundo o quadro 11 aponta-se que 73% dos usuários atendidos não especificaram se tem ou não filhos/as, 20% afirmou ter e 7% não tem nenhum filho/a.

Em 2013 no que tange o questionamento se os/as usuários/as tem filhos/as mais uma vez chama a atenção o índice de prontuários que não trás especificado esse dado, o que equivale a 77% do total de atendimentos realizados em 2013. A realidade apresentou também que 20% desses/as usuários/as dos serviços vinculados a média complexidade afirmou ter filhos/as e 3% declarou que não tem nenhum/a filho/a. No ano de 2014 mais uma vez ganhou destaque o alto percentual de usuários/as que não especificaram esse elemento, por volta de 67% dos/as usuários/as atendidos/as. Os demais 33% dividiram-se entre usuários/as que afirmaram ter filhos/as e os que declararam na abordagem não possuir nenhum filho/a, como pode ser constatado no quadro acima. Referente ao ano de 2015 aponta-se que 29% dos/as usuários/as declarou que sim tem filho/a e o restante 71% não especificou esse dado.

**Quadro 12: Quantitativo de filhos/as dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2010 a 2015**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Filhos/as						
1	0	1	1	5	1	2
2 a 3	2	2	2	0	1	1
4 ou mais	0	0	3	1	1	2

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

Dos 25 usuários/as que afirmaram ter filhos/as no período de 2010 a 2015, evidencia-se que 10 destes afirmaram ter apenas um/a filho/a. 8 destes/as usuários/as declarou no preenchimento da ficha de registro utilizado pelo CREAS, possuir de dois a três filhos/as. Por fim, os/as demais 7 usuários/as afirmaram ter 4 ou mais filhos/as.

**Quadro 13: Classificação quanto ao sexo dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE		
	2016	2017	2018
Sexo			
Masculino	13	20	27
Feminino	3	0	2

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

No que tange ao perfil da população em situação de rua que acessou a Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de São Borja, através do CREAS no período de 2016 até o mês de setembro de 2018, observa-se que houve a predominância de homens que acessaram de alguma forma os serviços direcionados a situação de rua, como se destaca no quadro de número 13. Onde dos 65 atendimentos realizados apenas 5 foi demandado por mulheres em situação de rua.

Portanto, mais de 90% da população em situação de rua no município abrange a população masculina, neste período. Diante dessa constatação evidencia-se que a realidade local reforça o que a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua constatou a nível nacional, onde também se identificou a predominância do gênero masculino em situação de rua.

**Quadro 14: Faixa etária dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018.**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE		
	2016	2017	2018
Idade			
Até 20 anos	2	0	1
21 a 30 anos	2	8	10
31 a 40 anos	5	8	7
41 a 50 anos	4	2	5
51 a 60 anos	2	1	5
Acima de 60 anos	0	0	1
Não especificado	1	1	0

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

A faixa etária predominante no ano de 2016 foi entre 31 e 50 anos de idade, com um percentual de 61%. As demais faixas etárias somaram 13% do total respectivamente, com exceção de idosos acima de 60 anos que não tiveram nenhuma demanda. No ano de 2017 aponta-se que 84% dos atendimentos realizados centrou-se entre a faixa etária de 21 a 40 anos de idade. Seguido de 11% referente à idade entre 41 e 50 anos e 5% com idade entre 51 e 60 anos de idade. Já em 2018 ao ser feita a análise da faixa etária dos/as usuários/as que foram atendidos/as pelo CREAS, devido ao fato de estarem em processo de rualização,

evidenciou-se que o maior índice concentra-se na faixa etária de 21 a 40 anos somando cerca de 60% do total de atendimentos. Diante do referido dado constata-se que a população mais atingida pelos determinantes que corroboram para a realização, são jovens e adultos que estão no auge da sua capacidade laborativa de trabalho, mas que no entanto, não são absorvidos pelo mundo do trabalho.

**Quadro 15: Locais utilizados como moradia pelos/as usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE		
	2016	2017	2018
Local de moradia			
Praças, casas abandonadas, etc.	-	1	2
De passagem por São Borja	2	10	16
Alterna entre a rua e casas de familiares e conhecidos	-	-	-
Caps Ad III	-	1	3
Não especificado	14	8	8

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

No ano de 2016 prevaleceu novamente a não especificação dos locais de moradia por parte da população atendida, onde denota-se que 88% não declarou essa informação e apenas 12% afirmou estar de passagem por São Borja. Em 2017 ganhou destaque novamente os elevados números de pessoas em situação de rua que afirmaram estar apenas de passagem pelo município ou que não especificou seu local de moradia, onde se observou entre esses dois grupos o índice de 90% das demandas. Sendo que os 10% restantes dividiram-se igualmente entre os usuários que afirmaram morar durante o dia em praças e/ou locais abandonados e no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas (CAPS AD), mas que, no entanto, demonstraram preferência por pernoitar no albergue municipal.

Já no ano de 2018 no que tange ao local de moradia dos/as usuários/as em situação de e rua no município de São Borja, cabe destaque que a maior parte das demandas refere-se a pessoas que estavam de passagem pela cidade com um índice de 55%, seguido pelos usuários que não especificaram seu local de moradia, fator esse que representa 28% dos casos. Logo após, tem-se o CAPS AD com 10% e praças, casas abandonadas e similares com 7% de percentual.

**Quadro 16: Realidade familiar dos/as usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE		
	2016	2017	2018
Família			
Sim	7	9	12
Reside em São Borja?			
Sim	4	6	6
Não	0	0	2
Não especificado	9	11	15

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

No que abrange o ano de 2016, com relação à questão familiar averiguou-se que a maioria dos/as usuários/as não especificou se possui ou não família e a minoria cerca de 44% declarou ter família. Dos/as 7 usuários/as que declaram ter família, 57% reside no município e 43% não mora em São Borja, segundo informações coletadas nos prontuários.

Em 2017 por volta de 45% dos/as usuários/as declarou possuir família e o restante não especificou esse dado na entrevista com a assistente social, para o preenchimento do prontuário junto ao CREAS. Sendo que dos/as 9 usuários/as que declararam possuir família, 67% afirmou que a mesma reside em São Borja e 22% não residem segundo informações dos/as usuários/as coletadas dos prontuários do CREAS. Evidenciou-se também um caso em que o usuário não deixou nítido se sua família mora no município ou não.

No ano de 2018 aponta-se que 59% dos/as usuários/as não especificou essa informação, seguido de 33% que afirmou possuir família e 8% que disse não ter nenhum familiar. Deste total de usuários/as que afirmaram ter algum familiar, 50% moram em São Borja e os demais 50% não residem no município, segundo informações dos/as mesmos/as.

**Quadro 17: Quantitativo de usuários/as em situação de rua que afirmaram ter filhos/as no período de 2016 a 2018**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE		
	2016	2017	2018
Filhos/as			
Sim	2	3	2
Não	2	0	4
Não especificado	12	17	23

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

Cerca de 75% dos/as usuários/as atendidos/as em 2016 não deixaram claro na entrevista para o preenchimento do prontuário junto ao CREAS se tem ou não filhos, e os demais 25% dividem-se igualmente entre os que afirmaram ter ou não filhos. No ano de 2017 repete-se o padrão do ano anterior, onde se denota que quase o total de usuários/as atendidos/as não especificou se tem ou não filhos/as, o que representou um índice de 85%, os demais 15% afirmaram ter. Por volta de 79% dos/as usuários/as também não especificou essa informação no ano de 2018, os demais 14% afirmaram não ter filhos/as e os 7% restantes declararam que tem filhos/as.

**Quadro 18: Quantitativo de filhos/as por usuários/as em situação de rua no período de 2016 a 2018**

ITEM	PERÍODO DE ANÁLISE		
	2016	2017	2018
Filhos/as			
1	1	0	1
2 a 3	1	1	1
4 ou mais	0	2	0

Fonte: Documentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sistematizados pela autora.

Do total que declararam ter filhos/as no ano de 2016, 50% têm apenas um/a filho/a e a outra metade de 2 a 3. Em 2017 das afirmações positivas com relação a ter filhos/as observou-se que o perfil aponta de 2 a 5 filhos/as por usuários/as, de acordo com os dados obtidos junto às fichas de acompanhamento do CREAS, tais informações emergiram na abordagem feita pelas assistentes sociais e estão sistematizadas nas fichas. Por fim, a média de filhos/as por usuários/as que declararam tê-los foi de 1 a 3 no ano de 2018.

**Quadro 19: Total de usuários/as em situação de rua atendidos no período de 2006 a 2018**

ANO	Usuários/as
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0
2010	3
2011	4
2012	30
2013	30
2014	18
2015	19
2016	16
2017	20

2018	29
<b>TOTAL</b>	169

Fonte: Dados coletados junto às fichas de acompanhamento de usuários/as do CREAS no período de 2006 a 2018. Sistematizados pela autora.

Findando a análise referente ao perfil da população em situação de rua que acessou algum serviço junto a Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de São Borja no período de 2006 a 2018, observa-se de forma ampla que foram no total de 169 usuários/as, sendo que deste total apenas 14 são mulheres em situação de rua, o restante dos 155 atendimentos realizados e protocolados nos prontuários referem-se a homens. A realidade do município, portanto, é similar a do território nacional, onde a I Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua apontou que o público majoritário que está nessa situação é o masculino.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) explicam o fato pela ideia do homem provedor, pois os homens saem de casa mais cedo em busca de sustentar a si mesmo. Ao formar família, deseja sustentá-la; quando não conseguem, procuram meios para isso em outros estados, almejando inserção em algum trabalho e, na ocasião em que seus planos não se concretizam, eles preferem as ruas a voltar para casa em condição pior do que saíram [...] (TIENGO, 2008, p.145).

No entanto, esse não é o único elemento explicativo para essa realidade onde majoritariamente a população em situação de rua é composta por homens.

A questão do homem provedor não é o único que explica a maioria masculina. A mulher executa tarefas domésticas, cuida de irmãos menores e se expõe mais na rua, sofre violência sexual; além disso há a questão cultural de uma sociedade machista que aceita mais a presença do homem na rua do que da mulher (SCOREL, 1999; VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004<sup>o</sup>, 201 apud TIENGO, 2018, p.146).

Referente ao perfil de idade majoritário da população em situação de rua aponta-se que a maior parcela concentra-se na faixa etária entre 21 e 30 anos com um total de 45 usuários/as atendidos/as. Esse dado de certa forma retrata a falência das políticas públicas em ofertar condições de uma vida digna, sobretudo para os jovens que estão iniciando a construção de uma vida em sociedade. No que se refere ao local de moradia utilizado por essa população em situação de rua evidencia-se que predominou nesse período as pessoas que estavam de passagem pelo município com um total de 59 das demandas que chegaram até o CREAS. Esse dado ressalta o perfil trecheiro/ andarilho dessa população, onde entende-se

por trecheiro os indivíduos que deslocam-se frequentemente entre várias cidades e estados.

Relacionado à questão desta população possuir ou não família pode-se afirmar de forma ampla que do total de 169 usuários/as atendidos/as, 96 destes/as afirmaram possuir família, deste quantitativo, 54 famílias segundo informações coletadas residem no município de São Borja e 39 moram em outra cidade. Diante desse dado evidencia-se os conflitos, fragilização e rompimento de vínculos, onde aponta-se que mesmo essa população possuindo família encontram-se em situação de rua. Ressaltando dessa forma a necessidade de intervenção junto a essas famílias e indivíduos com vistas a buscar desvendar essa realidade, para a partir disso buscar construir estratégias de fortalecimento desses vínculos, caso isso seja da vontade do/a usuário/a.

No que abrange ao questionamento referente ao fator dos/as usuários/as possuir ou não filhos, averiguou-se que a maioria não especificou essa informação, totalizando 125 pessoas. Esse dado explica-se a partir das particularidades dos formulários utilizados pelo CREAS, onde alguns elementos que constituem o formulário elaborado para a pesquisa documental não se fazem presentes nos prontuários específicos da instituição. Como por exemplo, a questão da família e filhos/as, esses elementos não são pedidos para o preenchimento dos formulários e emergem a partir da abordagem realizada pela assistente social. Todavia, as abordagens realizadas com essa população são em geral de forma rápida o que impede a aproximação e a construção de vínculos com esses/as usuários/as para dessa forma dar início uma aproximação com a realidade desses sujeitos que possibilite o desvendamento de outras questões para além da demanda aparente que dá visibilidade a essa expressão da questão social. No geral as abordagens apresentam respostas voltadas as necessidades biológicas da população em situação de rua.

Outra particularidade evidenciada a partir da realização da pesquisa documental refere-se à inexistência de uma equipe de trabalho específica como prevista na Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH SUAS) para a realização do serviço especializado em abordagem social junto a essa população. No município esse trabalho é realizado pelas Assistentes Sociais do CREAS, e não há um cronograma específico de trabalho para a execução desse serviço previsto no âmbito da Proteção Social

Especial de Média Complexidade no município. As demandas que são atendidas pelo CREAS relacionadas ao serviço de abordagem social geralmente referem-se a demandas encaminhadas por denúncias de pessoas que se encontram em situação de rua ou por requisição de outros órgãos, devido ao entendimento de que esta situação atrapalha a ordem pública, segundo informações coletadas.

### **3.3 Fatores que corroboram para o processo de rualização dos sujeitos**

Antes de problematizar os fatores que corroboram para o processo de rualização dos sujeitos, entende-se necessário compreender o que é esse processo e o que há de produções na área acadêmica sobre o assunto. Segundo Prates; Prates e Machado (2011) a terminologia processo de rualização parte de uma ideia que vai de encontro aos estigmas existentes sobre o fenômeno da situação de rua

[...] na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num continuum, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas (PRATES, PRATES; MACHADO, 2011, p.194 ).

Portanto, o termo processo de rualização complementa a concepção situação de rua. Isto ocorre uma vez que ambos têm o direcionamento de compreender esse fenômeno enquanto um processo e não como uma situação estagnada, sem perspectiva de transformação. Logo, a problematização sobre processos de rualização se faz imprescindível, pois, contribui para a desconstrução de preconceitos e estigmas direcionados a essa população, bem como auxilia na intervenção junto a esses/as usuários/as. Tendo em vista que, analisar a situação de rua enquanto um processo de rualização, isto é, como um fenômeno que possui inúmeros determinantes por detrás, que para superá-lo se faz necessário um desvendamento para além da aparência do mesmo, partindo deste pressuposto a intervenção estará partindo de uma perspectiva de transformação dessa realidade.

Prosseguindo a discussão faz-se relevante a contextualização da pesquisa bibliográfica realizada, onde a segunda palavra-chave buscada junto ao Banco de teses e dissertações da CAPES no período de 2006 a 2018 com a palavra-chave 'processo de rualização', evidenciando-se três produções na área do Serviço Social.

Todavia, a primeira produção é datada no ano de 2012, portanto nos seis primeiros anos definidos para a realização do estudo não houve elaborações referente ao processo de rualização dos sujeitos. As demais produções foram realizadas nos anos de 2014 e 2015, evidenciando assim a escassez de material relacionada à temática em pesquisa.

**Quadro 20: Dissertações produzidas no ano de 2012 sobre o tema Processo de rualização**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da Instituição</b>
O Processo de Rualização e o Sistema Único de Assistência Social/SUAS: uma interlocução necessária entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	O Processo de Rualização de sujeitos adultos e suas famílias em situação de rua, a implantação do SUAS em Porto Alegre e a inserção dessa população a partir da interface da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.	Privada
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 1</b>		

Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

Com relação à primeira produção no ano de 2012, esta foi desenvolvida em universidade privada, neste caso na Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul (PUC-RS). O trabalho tem ênfase no processo de rualização de pessoas adultas e famílias em situação de rua, enfatiza-se também no referido estudo a implantação do SUAS na cidade de Porto Alegre, bem como a inserção desses sujeitos na política de assistência social a partir da interação entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

Enfatizam-se também os resultados obtidos com o estudo, sendo estes a necessidade de mediação da visão dialética do processo de rualização visando superar uma leitura sem movimento desse processo. A pesquisa aponta que se faz necessário compreender esse fenômeno social como produto de múltiplas expressões da questão social. Portanto, a partir da leitura aponta-se que o processo de rualização deve ser entendido como um fator multicausal. Outro destaque no estudo é o caráter contributivo da pesquisa, com a intenção de sugerir alternativas sólidas na implantação do SUAS visando alterar a relação interface entre as proteções sociais na Política de Assistência, isto é, objetivando contribuir para a maior interação entre os diferentes graus da proteção social, com o intuito de buscar superar a fragmentação dos serviços e atendimento prestados a essa população.

**Quadro 21: Dissertações produzidas no ano de 2014 sobre o tema Processo de rualização**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da Instituição</b>
A relação entre sujeitos em Situação de Rua e o Poder Local: protagonismo ou passividade?	Participação e protagonismo dos sujeitos nas políticas sociais.	Privada
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 1</b>		

Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

No ano de 2014 houve a produção de uma dissertação de mestrado também na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), tendo esta ênfase no protagonismo dos sujeitos que vivenciam o processo de rualização. A pesquisa parte do entendimento de que a participação dos usuários nas políticas sociais é de suma importância para o fortalecimento de processos sociais de cunho emancipatório. O estudo buscou também desvendar as contradições histórico-estruturais que atravessam o processo de rualização, mediando os aspectos da universalidade com os aspectos locais, ou seja, a pesquisa objetivou mediar como a questão social (fenômeno universal) trás rebatimentos na realidade das pessoas em situação de rua, isto é, como estes sujeitos subjetivam essa realidade nas suas particularidades e singularidades. Por fim, outro aspecto que ganhou ênfase no estudo foi à busca por dar visibilidade ao tensionamento existente entre a viabilização de possíveis rupturas que oportunizem o protagonismo das pessoas em situação de rua versus os condicionantes materiais que a impedem.

**Quadro 22: Dissertações produzidas no ano de 2015 sobre o tema Processo de rualização**

<b>Título</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Natureza da Instituição</b>
População em Situação de Rua e acesso a saúde	Estratégias de acesso da População em Situação de Rua aos serviços de saúde de Florianópolis.	Pública
<b>TOTAL DE PRODUÇÕES: 1</b>		

Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

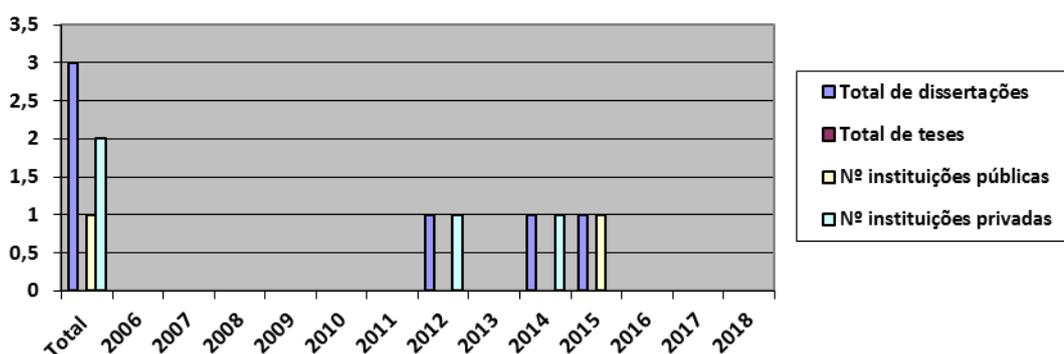
Finalizando a análise dos materiais produzidos no período de 2006 a 2018 referentes ao processo de rualização na área do serviço social, tem-se uma produção no ano de 2015 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta objetivou identificar as estratégias de acesso da população adulta em situação de rua aos serviços relacionados à política de saúde na cidade de Florianópolis. O estudo num primeiro momento buscou realizar uma análise acerca das condições sócio-históricas que perpassam o fenômeno social da situação de rua, tal análise segundo a pesquisadora levou a compreensão da população em situação de rua

enquanto um fenômeno social urbano que tem sua gênese e agravamento ligado ao surgimento do e desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A pesquisa desenvolvida no ano de 2015 reforça a tese constatada na produção de 2012 que afirma que a população em situação de rua constitui-se em um fenômeno complexo e de múltiplas determinações. Esse fenômeno pode ser compreendido enquanto processo de rualização que se estabelece a partir de um conjunto de fatores que estão presentes nas relações sociais cotidianas e que estão imbuídas de condicionantes que podem levar a situação de rua. Referente ao acesso a Política de Saúde o estudo concluiu que os serviços de emergências hospitalares são utilizados como principais portas de acesso ao atendimento à saúde, evidenciando assim a falha nas ações preventivas e de promoção de saúde junto a essa população. Todavia, identificaram-se alguns entraves neste acesso relacionados principalmente ao preconceito e estigmas sociais vivenciados diariamente pela população em situação de rua.

Para findar a análise referente à categoria processo de rualização no que tange os anos de 2006 a 2018 pode ser feita a seguinte averiguação:

**Gráfico 2: Dissertações e Teses sobre o tema Processo de Rualização em instituições pública e privadas dos anos de 2006 a 2018**



Fonte: Portal CAPES de Teses e Dissertações. Sistematizado pela autora.

Ao ser analisado o gráfico de número 2 apura-se que houve a produção de 3 dissertações de mestrado referentes ao processo de rualização, sendo que uma foi elaborada em instituição pública e duas em instituições privadas, o que significa que o percentual de por volta de 66% das produções foram construídas em instituições

de viés privado e cerca de 33% em instituições públicas. Destacam-se a partir da análise alguns assuntos que perpassam as produções, como por exemplo, a compreensão da situação de rua enquanto processo social urbano que tem sua gênese e agravamento no modo de produção capitalista. A constatação de que a População em Situação de Rua constitui-se enquanto fenômeno complexo, multifacetado e multideterminado.

Outro elemento que aparece transversal às três dissertações refere-se à percepção do processo de realização como produto de múltiplos condicionantes e expressões da questão social. Configurando-se em questões multicausais, que se estabelecem a partir de um conjunto de relações sociais; preconceitos; vulnerabilidade social; desemprego; rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários; situações de violência e abandono; pobreza extrema, enfim de um conjunto de fatores que se manifestam e são reproduzidos no espaço doméstico permeado por relações sociais influenciadas por uma série de condicionantes presentes nesse modo de produção que podem levar à situação de rua, mas que são desencadeados no espaço público.

As bibliografias sobre a temática apontam que os principais fatores que contribuem para o processo de realização, podem ser divididos em três eixos, sendo estes:

**fatores estruturais** (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.), **fatores biográficos**, ligados a história de vida de cada indivíduo (rupturas dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – morte de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem, etc.), e, ainda, em **fatos da natureza ou desastres de massas** – terremotos, inundações, etc. (SILVA, 2009, p. 105).

Todos esses fatores apresentados pela autora se cruzam com a questão social, essa é a Lei d Conexão Universal, que interliga todos os processos. O processo de realização é multicausal, ou seja, não decorre de um único fator, nem tampouco é culpa dos sujeitos que o vivenciam, de forma isolada, desconexa da estrutura da sociedade. Logo, para analisar essa demanda há que se considerar esses diversos fatores, para além, somente da questão em si, que é a situação de rua, mas sim considerando esses determinantes que fogem ao controle dos indivíduos. E mesmo os elementos ligados à história de vida particular de cada

pessoa, devem ser analisados de forma ampla, buscando identificar a cadeia de mediações que perpassam esse elemento e que levam a situação de rua.

Por exemplo, a demanda de situação de rua como decorrência do uso de substâncias psicoativas, essa é aparência que dá visibilidade ao fenômeno, no entanto, há uma série de outros elementos permeando essa realidade. E se o atendimento focalizar apenas em dar um resposta imediata a essa demanda aparente, encaminhando o/a usuário/a, por exemplo, para um albergue e para o Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas (CAPS-AD) somente, isso acabará fortalecendo o processo de rualização ao invés de buscar estratégias para sua superação.

Certo é que o fenômeno não se explica a partir de um único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações. Podem ser fatores típicos de determinadas localidades ou épocas específicas. Entretanto, a história revela que as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto de produção da superpopulação relativa ou exercito industrial de reserva, excedendo a capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo [...] (SILVA, 2009, p. 105-106).

Portanto, como já enfatizado antes, o processo de rualização está intrinsecamente ligado à estrutura e superestrutura da sociedade capitalista, sendo que os fatores que corroboram para a situação de rua são produzidos e reproduzidos por processos próprios do sistema capitalista, portanto, são expressões da questão social e devem ser analisados como tal, ou seja, para além da demanda aparente.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2008a), os principais fatores apontados pelos/as entrevistados/as, concernentes à razão para ida, permanência na rua e deslocamentos de local referem-se “a problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/ irmãos (29,1%)” (BRASIL, 2008a, p. 87). Segundo a pesquisa cerca de 71% das pessoas ouvidas citaram ao menos um desses três fatores, indicando uma correlação entre os mesmos na maioria das vezes, ou uma relação causal entre ambos.

Outro elemento de suma importância apontado na pesquisa refere-se à escolha pessoal pela rua como preferência de moradia, apesar deste elemento não aparecer como principal motivo para a saída de casa, o mesmo deve ser levado em

consideração tendo em vista que, mesmo em situações que envolvam fatores biográficos, como por exemplo, fragilização dos vínculos familiares, situações de violência entre outros fatores, há um certo grau de escolha por parte dos indivíduos em ir para a rua. Essa escolha é permeada por uma noção de liberdade que a rua pode proporcionar, e essa noção mesmo que vaga auxilia a explicar a ida e permanência na rua. “Após vivenciar a situação de liberdade que a rua proporciona, muitas pessoas se sentem compelidas a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico, considerado, muitas vezes, perigoso e opressor” (BRASIL, 2008a, p. 87).

### 3.3.1 Fatores que perpassam o processo de rualização presentes na realidade de São Borja

Antes de abordar os fatores que corroboram de alguma forma para o processo de rualização na realidade de São Borja, entende-se necessário compreender as particularidades desse território que trazem rebatimentos ao fenômeno da situação de rua. Sendo estes o fator do porte do município que de acordo com o IBGE (2010) possui população estimada no ano de 2017 de 62. 808 mil habitantes, portanto, não se trata de uma grande metrópole que são os locais onde há maior concentração dessa população, por motivos já explicitados anteriormente. Outra particularidade do município é o fator deste constituir-se em uma região de fronteira o que acaba auxiliando na compreensão de haver tantos estrangeiros de passagem pela cidade e que encontram-se em situação de rua, devido a saírem de seus países natais em busca de novas oportunidades e vivências.

Outro elemento que colabora para a análise desse fenômeno no contexto local é a falta de organização de serviços e projetos visando o enfrentando com vias à superação desse fenômeno, onde é nítida a naturalização dessa expressão da questão social, por parte da população e dos gestores das políticas públicas, onde ainda prevalece à concepção higienista sobre essa população. Havendo também a carência de profissionais qualificados e serviços específicos para atender as demandas das pessoas em situação de rua.

Diante dessa contextualização inicia-se a análise dos dados coletados referentes aos fatores evidenciados nas fichas de acompanhamento como contributivos ou determinantes para o processo de rualização. Para tanto se optou pela elaboração de um quadro síntese contendo os principais fatores apontados por esses/as usuários/as nas fichas, divididos por ano.

**QUADRO 23: Fatores que corroboram para o processo de rualização**

<b>ANO</b>	<b>FATORES QUE CORROBORAM PARA O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO</b>
2010	Egressos prisionais; Etilismo.
2011	Conflitos familiares; vínculos fragilizados; Etilismo; egresso prisional.
2012	Conflitos familiares; vínculos fragilizados; Etilismo, drogadição, transtornos; Egresso prisional.
2013	Histórico de drogadição e etilismo; Andarilhos/trecheiros; transtornos mentais; Conflitos familiares; vínculos fragilizados.
2014	Conflitos familiares; Vínculos familiares fragilizados, violência; Vínculos rompidos, abandono; Etilismo, drogadição, transtornos; Desastres da natureza que levam a rualização (enchente).
2015	Vínculos familiares fragilizados; Etilismo, drogadição.
2016	Mochileiros/ trecheiros/ andarilhos; Vínculos familiares fragilizados; Etilismo, transtornos mentais, drogadição.
2017	Conflitos familiares; Fragilização e rompimento de vínculos familiares; desemprego.
2018	Uso de substâncias psicoativas (álcool, drogas, cigarro, etc.); Conflitos familiares; Fragilização e rompimento de vínculos familiares; desemprego; Trecheiros/ andarilhos/ mochileiros.

Fonte: Fichas de acompanhamento dos/as usuários/as do CREAS, no período de 2006 a 2018. Sistematizados pela autora.

De modo geral como destaca Silva (2009) os fatores que corroboram para o processo de rualização podem ser de três tipos, o primeiro refere-se aos fatores estruturais que estão intrínsecos ao modo de produção capitalista, como por exemplo, a falta de moradia, o não acesso ao trabalho e renda assim por diante. Nesse contexto pode-se evidenciar que esses fatores estruturais que tiveram maior

visibilidade nos anos de 2017 e 2018, como mostra o quadro acima, onde os/as usuários/as enfatizaram estar em situação de rua devido ao desemprego que desencadeou o não acesso a moradia.

O segundo fator é de caráter biográfico, isto é, são todos os elementos ligados à história de vida dos indivíduos, nessa perspectiva observou-se que a maioria dos fatores que colaboraram para a situação de rua engloba-se nesse quadro, onde perpassam por todos os anos em análise, elementos como: situação de egresso prisional, etilismo, conflitos familiares, vínculos fragilizados, drogadição, doenças mentais, violência; vínculos rompidos, abandono. Sendo que esses elementos podem estar interligados entre si, ou um ter desencadeado o outro. Esses elementos é como a questão social se manifesta na vida dos sujeitos.

É gritante o número de usuários/as em situação de rua por decorrência de conflitos familiares, que levam a fragilização ou rompimento total dos vínculos familiares e/ou comunitários

Outro dado que emergiu na análise dos resultados obtidos referem-se a usuários/as que possuem todo um histórico acompanhamento junto à rede, por motivos de uso de substâncias psicoativas, transtornos mentais e assim por diante. Porém, parecem presos em um ciclo vicioso entre a rua, inúmeras internações compulsórias, abordagens imediatas e assim por diante. O que faz surgir o questionamento de que se as estratégias adotadas de fato são as mais adequadas principalmente às internações compulsórias, visto que um expressivo número de usuários esta nesse processo desde 2010, como apontam as fichas de acompanhamento. E sempre há a reinserção destes a rua bem como a reincidência no uso de substâncias psicoativas.

O ultimo fator que corrobora para o processo de realização trata-se dos fatos da natureza ou desastres, como por exemplo, o caso de enchentes que é muito recorrente no território de fronteira a qual estamos inseridos, onde se evidenciou no ano de 2014 um caso de pessoa em situação de rua como decorrência desse fator. Porém, diante de situações assim não se resolve a demanda apenas com encaminhamentos para o albergue municipal, pois, isso sana apenas a demanda imediata do/a usuário/a. A partir dessa realidade devem ser pensadas ações que visem à superação dessa situação e a defesa dos direitos dos/as usuários/as.

#### 4. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

O presente capítulo da monografia procurou sistematizar as políticas públicas voltadas à população em situação de rua, e para tanto faz-se imprescindível antes de tudo contextualizar que mesmo existindo uma série de direitos destinados a essa população, esse fator não é garantia da existência de políticas públicas que assegurem o acesso a esses direitos. Por exemplo, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 1º, inciso III a preservação da dignidade da pessoa humana, bem como prevê o acesso a uma moradia digna enquanto direito social explicitado no artigo 6º da Constituição. Sendo este direito um dos pressupostos para a efetivação da dignidade da pessoa humana.

No entanto, evidencia-se na situação de rua justamente a negação desse processo, isto é, o não acesso a política de habitação, que conseqüentemente leva as pessoas a ocuparem espaços públicos como meio de moradia e sobrevivência. A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNPR) instituída pelo decreto nº 7053 em dezembro de 2009 prevê ações para a área da habitação, como por exemplo,

1. Criação de alternativas de moradia para população em situação de rua nos projetos habitacionais financiados pelo Governo Federal;
2. Desenvolvimento e implementação de uma política de Locação Social, articulada a outros ministérios e a governos municipais e estaduais, contemplando a possibilidade de estabelecimento de bolsas aluguel e/ou alternativas de moradia compartilhadas, com período máximo de recebimento do benefício;
3. Desenvolvimento de projetos de reforma de imóveis públicos para uso habitacional e enquadramento da população em situação de rua nos programas de habitação de interesse social existentes, com ênfase nas áreas centrais urbanas.
4. Disponibilização de imóveis vazios nos centros urbanos, por meio da articulação entre as esferas de governo para viabilização de projetos de moradia para a população de rua; [...] (BRASIL, DECRETO 7053, 2009 p. 17).

Todavia, essa realidade está longe de ser alcançada em âmbito nacional, necessitando ainda de um longo período de construção e amadurecimento da ideia. Onde o Estado de fato se comprometa com essa população e não apenas defenda o direito a propriedade privada, que muitas vezes poderiam ser ocupadas ou

destinadas a essa população tendo em vista que encontram-se desocupadas e abandonas.

Feita essa contextualização destaca-se as Políticas Públicas de caráter amplo que perpassam as pessoas em situação de rua, mas que não são específicas para essa população, como a Previdência Social, visando à garantia de direitos dos/as cidadãos/ãs que já possuíram vínculo formal e que venham necessitar desse seguro. Nesse sentido cabe destaque outra política intrínseca a previdência que refere ao Trabalho e a renda, sendo esta categoria de suma relevância para compreender o fenômeno do processo de rualização, bem como um dos elementos essenciais para a superação do mesmo, todavia, não é garantido o acesso de forma universal ao mesmo. Nesse sentido a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua aponta elementos a serem adotados no sentido de garantia de direitos a essa população. Sendo alguns destes

1. Inclusão da população em situação de rua como público-alvo prioritário na intermediação de emprego, na qualificação profissional e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público para a criação de novos postos de trabalho;
2. Promoção de capacitação, qualificação e requalificação profissional da população em situação de rua;
3. Incentivo às formas cooperadas de trabalho no âmbito de grupos populacionais em situação de rua;
4. Ampliação da discussão sobre níveis de renda para a população em situação de rua;
5. Incentivo a ações que visem a inclusão produtiva e reserva de cotas de trabalho para população em situação de rua;
6. Promoção de oficinas sobre economia solidária, centradas no fomento e na capacitação, a partir de recortes regionais, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego;
7. Ampliação das cartas de crédito e do crédito solidário para a população em situação de rua;
8. Garantia de acesso por parte da população em situação de rua a seus direitos trabalhistas e à aposentadoria (BRASIL, DECRETO 7053. 2009, p.17).

Nesse sentido, destaca-se a adoção e fortalecimento da prática de economia solidária em alguns Estados, como forma de buscar viabilizar o acesso da população em situação de rua ao mercado de trabalho. Uma vez que a economia solidária diferentemente da economia pautada por valores capitalistas, pressupõe a valorização do/a trabalhador/a e a cooperação entre os envolvidos em detrimento das relações de competitividade vigente no mundo do trabalho (CEFURIA, 2016). Essa modalidade de economia oportuniza a população em processo de rualização a possibilidade de exercer uma atividade remunerada em um formato sem a

exploração da força de trabalho para ser apropriada por outrem, o que corrobora para o exercício de cidadania e de construção de condições dignas de subsistência.

Considerando as políticas públicas de caráter amplo, que devem abranger toda a sociedade, portanto, logo devem abranger as pessoas em situação de rua, ressalta-se as Política de educação,<sup>6</sup> cultura, esporte e lazer, que se constituem em direitos fundamentais de todo cidadã/ão. Entretanto, observa-se na realidade concreta uma dificuldade de efetivação desses direitos, principalmente para as pessoas em situação de rua que cotidianamente tem seus direitos mais básicos negados. A pesquisa realizada não encontrou serviços específicos nas políticas de cultura, esporte e lazer destinados a esse grupo em destaque. No entanto, na Política de educação vislumbra-se o serviço chamado PRONATEC POP RUA que:

tem como finalidade assegurar a oportunidade de qualificação profissional às pessoas em situação de rua identificadas pelos órgãos estaduais, distrital e municipais que desenvolvem políticas e ações destinadas a esse público, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho (BRASIL, PORTARIA Nº 693, Art. 5º, 2014).

Vislumbra-se dessa forma tentativas de inserção dessa população em espaços de aprendizagem voltadas para a inserção no mercado de trabalho, no entanto,

para a secretária adjunta de Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo, Larissa Beltramin, o processo é longo e demanda uma mudança cultural. Não é comum, por exemplo, receber pessoas em situação de rua para uma entrevista de emprego. É preciso adequar algumas rotinas para inserir uma pessoa que está em uma condição social diferente e inferior. Tem também a necessidade de integrar esse trabalhador na equipe. Não se pode empregar e largar em um canto (GOMES, 2014, s/p).

Outra dificuldade do programa diz respeito a não adequação da população em situação de rua aos padrões exigidos pelo mercado formal de trabalho, rotina esta muito distante da realidade vivenciada nas ruas. Logo, essa iniciativa apesar de representar um grande avanço na defesa e ampliação de direitos, ainda tem um longo caminho a ser percorrido para de fato representar condições efetivas de transformação social.

Aponta-se neste cenário também a Política de Segurança Alimentar, que apesar de não ser destinada especificamente para a população em situação de rua,

---

<sup>6</sup> Lei 9394/1996

assim como as demais políticas citadas acima, representa um elemento intrínseco à dignidade humana, que é o acesso à alimentação saudável, bem como é indispensável para a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, cabendo ao Estado adotar políticas e ações que se façam necessárias para a promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional da população.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, LEI Nº 11.346, 2006, Art. 3º).

Com esse intuito têm-se os Restaurantes Populares, que no município de São Borja está vinculado a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, indo ao encontro do que a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua sugere de promoção do direito a segurança alimentar e nutricional da população em situação de rua, via restaurantes populares.

No que tange as políticas públicas de caráter específico voltadas para as pessoas em situação de rua, destaca-se a Política Nacional para Inclusão Social de Pessoas em Situação de Rua que foi instituída pelo decreto nº 7053 em dezembro de 2009. A presente política busca orientar a execução e construção de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade. De acordo com esta normativa entende-se como pessoas em situação de rua

um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais (BRASIL, 2008, p.9).

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua é fruto de uma série de discussões acerca desse fenômeno e busca estabelecer diretrizes que viabilizem a reintegração desses sujeitos ao convívio familiar e comunitário, no intuito de fortalecer ou recuperar os vínculos. Também visa possibilitar o pleno acesso a direitos já previstos na Constituição Federal de 1988 que se estendem a todos os cidadãos e cidadãs, o desenvolvimento de cada um/a

levando em conta as vivências que o processo de realização trás para o cotidiano de cada sujeito. Cabe destaque o protagonismo dos movimentos sociais compostos por pessoas em situação de rua que contribuíram para a construção dessa política nacional, dentre estes destacamos o protagonismo do Movimento Nacional de População da Rua (MNPR). “A política prevê a estruturação de rede de proteção incluindo as políticas de saúde, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura, sistema de promoção e garantia de direitos” (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 208).

Nessa conjuntura de acordo com as/os autoras/es citados a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>7</sup> teve primazia em explicitar o reconhecimento da população em situação de rua enquanto população usuária, que necessita de atendimento específico. Tendo em vista que a PNAS prevê na parte das proteções afiançadas, a proteção social especial que

é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, PNAS, 2004, p. 37).

A PNAS divide a Proteção Especial em duas modalidades, que são a Proteção Social Especial de média e alta complexidade. Sendo que no âmbito dessas duas proteções localizam-se serviços específicos destinados a situação de rua, compreendendo as especificidades desse fenômeno e a necessidade de enfrentamento dessa realidade social. No que tange a Proteção Social Especial de Média Complexidade prevê-se o Serviço de abordagem Social que deve ser executado por uma equipe especializada junto ao CREAS e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua que deve ser executado pelos Centros POP. No que abrange a Proteção Social Especial de Alta Complexidade a PNAS prevê os serviços de Acolhimento Institucional e de Acolhimento em Repúblicas que se destinam de forma específica a situação de rua. Esses serviços estruturam-se de forma mais objetiva no ano de 2009 com a promulgação da Resolução nº 109/2009 que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Especial de Média e Alta Complexidade.

---

<sup>7</sup> Resolução nº 145/2004.

Ainda no âmbito da assistência social pode ser observada a existência de outros programas e benefícios que podem ser acessados pela população em situação de rua, sendo estes o Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência direta de renda com o objetivo de erradicar a pobreza e a extrema pobreza no Brasil, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que refere-se “a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” (BRASIL, LOAS, 1993, Art. 20). Portanto, observa-se que de fato a Política de Assistência foi a primeira a estruturar e assegurar legalmente um conjunto de serviços destinados às pessoas em situação de rua, visando o tensionamento e quiçá a transformação social dessa realidade.

Prosseguindo tem-se a Política de Saúde (Lei nº 8080/1990), que assim como a Política de Assistência (Lei nº 8742/1993), possui serviços destinados especificamente para a População em Situação de Rua, nesse sentido cabe destaque os consultórios na rua que foram instituídos em 2011 pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), como uma modalidade composta por equipes multiprofissionais que realizam busca ativa de pessoas que vivem em situação de rua. De acordo com a referida política o consultório na rua

visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados (BRASIL, 2011, s/p).

No entanto, vale enfatizar que os consultórios na rua não são o único meio de entrada da População em Situação de Rua no Sistema Único de Saúde (SUS). O acesso pode também ocorrer via Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), principalmente nas cidades onde não há Consultórios na Rua. Todavia, o consultório na rua possibilita ao SUS alcançar uma população que em sua maioria não tem acesso à rede de saúde por uma série de fatores. Tais, como o despreparo dos profissionais e instituições da saúde em realizar o acolhimento desses sujeitos, pois, de acordo com pesquisas realizadas pelo MDSA (2008<sup>a</sup>) pode-se observar

ainda um despreparo da área da saúde para atender a este segmento populacional como se pode observar no depoimento abaixo

Estes dias fui levar um colega meu no médico. Chegando lá, o médico disse: 'Aqui não é lugar pra morador de rua, morador de rua tem que ir pra Pronto Socorro!' Só o fato de você ser morador de rua, o cara já te olha diferente, mas na área da saúde é que são mais discriminados. Inclusive até um amigo nosso faleceu e eu acho que foi por incompetência médica. Um morador de rua caiu e bateu a frente, teve um traumatismo craniano, e aí foi para o hospital. Eu estava na praça quando aconteceu o acidente, quando ele caiu, e até fui eu que chamei o resgate... Porque a gente chama o SAMU e não vem, as ambulâncias do SAMU não vêm, sabendo que é morador de rua eles não vêm. Isto é discriminação! Aí veio o resgate, o bombeiro colocou até aquele colar cervical e levou ele para o Pronto Socorro. [...] Ele teve alta, mas a mãe dele nos falou que estava colocando sangue pelo nariz, pela boca. Quando o paciente tem alta do leito, ele para de receber a medicação, e aí ele faleceu [...] (BRASIL, 2008<sup>a</sup> apud PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 206).

Nesta conjuntura os consultórios na rua podem oferecer subsídios para a qualificação de outros setores da área da saúde, assim como efetivar de fato os princípios da equidade, universalização e integralidade prevista pelo Sistema Único de Saúde. Pois, o que se evidencia ainda é a estigmatização dessa população, o que acaba por reproduzir uma série de violações de direitos desses sujeitos, que constituem-se como sujeitos de direitos e que portanto devem ser respeitados.

## **5 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE E A PROTEÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

No presente capítulo será abordada a Política de Assistência Social e a proteção social às pessoas em situação de rua, com atenção especial aos serviços vinculados à Média Complexidade. Primeiramente se faz importante abordar do que se trata a proteção social especial afiançada no interior na PNAS.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, PNAS, 2004, p.37).

Portanto a Proteção Social Especial destina-se a atendimentos de demandas mais específicas e que requerem um acompanhamento mais sistemático das mesmas, pois envolvem situações de violações de direitos, como casos de violência, abandono, situação de rua, etc. No que concerne à Proteção Social Especial destinada as pessoas em situação de rua, prevê-se na PNAS (2004) que se dê prioridade aos serviços que representem possibilidades para essa população organizar sua vida a partir de um novo projeto, objetivando reforçar a identidade dos/as mesmos/as enquanto sujeitos de direitos.

Como o enfoque da referida pesquisa trata-se de analisar como se configuram os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade às pessoas em situação de rua no município de São Borja. Entende-se relevante situar o que está previsto na Política de Assistência Social no que se refere aos serviços previstos no âmbito da Proteção Social de Média Complexidade. Denota-se que

são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado [...] (BRASIL, PNAS, 2004, p. 37).

Dentre esses serviços previstos, destacam-se o Serviço Especializado de Abordagem Social e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, sendo estes os dois serviços previstos para a população em situação de rua no

âmbito da média complexidade. Partindo dessa afirmativa pode-se observar que dentro da política de assistência social estruturou-se a tipificação dos serviços socioassistenciais, com o intuito de melhor organizar todos os serviços previstos na PNAS. Desta forma, como já mencionado anteriormente, enfatiza-se a existência de um serviço especializado voltado para essa população, sendo este o Serviço Especializado em Abordagem Social:

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros (BRASIL, TIPIFICAÇÃO, 2009, p.22).

O serviço socioassistencial em questão tem o intuito de identificar indivíduos em situação de vulnerabilidade social, buscando de uma forma imediata atender primeiramente a demanda aparente do/a usuário/a, para depois buscar desvendar a realidade e sua inserção na rede de serviços socioassistenciais e nas demais políticas públicas visando à garantia de direitos através da intersetorialidade entre os serviços.

De acordo com a Resolução nº 109/ 2009, que trata da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado em Abordagem Social tem alguns objetivos que visam ser alcançados, dentre estes destaca-se:

- Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais;
- Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
- Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias;
- Promover ações para a reinserção familiar e comunitária (BRASIL, TIPIFICAÇÃO, 2009, p. 22).

As formas de acesso a esse serviço socioassistencial ocorrem a partir da identificação da equipe do serviço, através do (CREAS) ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS, e/ou também através do Centro POP. Para a materialização desse serviço se faz necessária uma articulação em rede dos

serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, assim como, entre outras políticas públicas, como a política de saúde, por exemplo.

Outro fator importante para que se atinja a finalidade do serviço, que visa contribuir na redução de uma série de “violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; proteção social a famílias e indivíduos; identificação de situações de violação de direitos; e redução do número de pessoas em situação de rua” (BRASIL, TIPIFICAÇÃO, 2009, p. 23), é a necessidade da articulação em rede entre as mais variadas instâncias no intuito de garantir a proteção dos direitos do usuário.

Outro serviço previsto para o enfrentamento/ e ou manutenção - dependendo da ótica com a qual se analisa o papel das políticas sociais - dos processos de realização refere-se ao Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Este consiste em:

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, TIPIFICAÇÃO, 2009, p.29).

O referido serviço deve ser ofertado pelos Centros POP, no entanto, não são todos os municípios que possuem este serviço, pois, a legislação prevê um número mínimo de habitantes para que haja a oferta deste tipo de serviço. De acordo com a Portaria de nº 843/2010 do MDSA:

Poderão receber recursos do PFMC, para cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais da proteção social especial ofertados no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua o Distrito Federal, os Municípios com população superior a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes e as metrópoles, habilitados em gestão básica ou plena do SUAS (BRASIL, MDSA. 2010, Art. 8)

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua visa oferecer um trabalho em equipe multiprofissional para analisar as demandas dos/as usuários/as, bem como prevê “orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência” (BRASIL, TIPIFICAÇÃO, 2009, p.29).

O referido serviço visa, portanto, o acompanhamento em rede da população em situação de rua, visando o fortalecimento da autonomia e reinserção social dessa população excluída do acesso aos mínimos sociais. Tem por finalidade também, segundo a Tipificação (2009) reduzir as violações de direitos socioassistenciais, bem como, os agravamentos das situações decorrentes do processo de realização. O serviço deve também buscar construir em conjunto com os/as usuários/as possibilidades de construção de novos projetos de vida, vislumbrando dessa forma perspectivas de transformação dessa realidade social.

### 5.1 Configurações dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de São Borja

Este item trata dos serviços acessados pela população em situação de rua junto ao CREAS do município de São Borja, dos anos de 2006 a 2018, conforme quadro 24.

**Quadro 24: Serviços acessados junto ao CREAS**

ANO	SERVIÇOS ACESSADOS
2010 <sup>8</sup>	Serviço Especializado em Abordagem Social (3) <sup>9</sup> .
2011	Albergue (1); Serviço Especializado em Abordagem Social (2); Não especificado (1).
2012	Albergue (14); Serviço Especializado em Abordagem Social (7); Não especificado (9).
2013	Albergue (28); Serviço Especializado em Abordagem Social (2).
2014	Albergue (18); Serviço Especializado em Abordagem Social (1).
2015	Albergue (14); Serviço Especializado em Abordagem Social (5).
2016	Albergue (15); Não especificado (1).
2017	Albergue (16); Serviço Especializado em Abordagem Social (1); Nenhum (3).

<sup>8</sup> A sistematização dos dados inicia-se em 2010 devido aos anos anteriores não possuírem registros junto ao CREAS.

<sup>9</sup> Número de usuários/as que acessaram determinado serviço.

2018	Albergue municipal (26); Serviço Especializado em Abordagem Social (3).
------	---

Fonte: Fichas de acompanhamento dos/as usuários/as do CREAS, no período de 2006 a 2018. Sistematizados pela autora.

Diante das informações sistematizadas no quadro 24 pode afirmar que os serviços acessados junto ao CREAS dividem-se em dois grupos basicamente, sendo estes o albergue municipal e o serviço especializado em abordagem social. O número de usuários que buscou o CREAS devido ao albergue municipal representa 132 usuários/as de um total de 169 usuários/as atendidos/as no período de 2006 a 2018. Já o número de usuários/as atendidos pelo serviço especializado em abordagem social foi de 24. Diante desse dado evidencia a predominância da oferta do serviço do albergue municipal, porém esse fator merece algumas ponderações para melhor compreender como estão estruturados os serviços às pessoas em situação de rua no município de São Borja.

O primeiro ponto refere-se ao foco do trabalho ser a análise das configurações dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no município, e no, entanto, estar entre os principais serviços acessados junto ao CREAS o albergue municipal que faz parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, mas que, porém, na realidade de São Borja esta vinculado a PSE de média complexidade, por fatores que se explicam a seguir. Entretanto, se faz importante primeiro contextualizar do que se tratam os serviços vinculados a PSE de alta complexidade, acordo com a PNAS

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada). Trabalho protegido (BRASIL, PNAS, 2004, p.38).

Diante desse contexto tem-se que buscar compreender de que realidade está sendo falada, e no caso de São Borja, não está estruturado o serviço de abrigo institucional a pessoas em situação de rua, como o estipulado pelas legislações da Política de Assistência Social, logo, o meio de acesso dessa população ao albergue municipal é o CREAS que faz o acolhimento das demandas

e os encaminhamentos para o albergue. Outra ressalva é o fator do albergue não possuir uma equipe para o atendimento dos/as usuários/as, dispondo atualmente apenas de um monitor.

Diante da análise dos dados obtidos, destaca-se também a configuração assumida pelo Serviço de abordagem social no contexto de São Borja. Segundo a NOB/RH SUAS (2012) o CREAS deve possuir dois profissionais de nível superior ou médio para realizar a abordagem junto às pessoas em situação de rua. No entanto, o município não conta com essa equipe específica para a realização desse serviço, cabendo ao serviço social realizar essa atividade quando se faz necessário.

Outro ponto, observado nos prontuários refere-se à concepção acerca do serviço especializado em abordagem social, onde em alguns anos destaca-se a realização dessa abordagem em conjunto com a polícia, a partir da qual foram encaminhadas/os usuárias/os para a desintoxicação, ressaltando que a maior parte desses não aceitou voluntariamente o encaminhamento, exigindo-se dessa forma internações compulsórias desrespeitando a autonomia dos/as usuários/as. Outro ponto, que merece destaque é o papel atribuído ao Serviço social junto à população em situação de rua, pois, emergiram casos em que a foi designado ao Serviço Social o papel de moralizar e aconselhar essa população a não ocupar locais públicos e assim por diante.

**Quadro 25: Encaminhamentos realizados**

ANO	ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS
2010	Pernoites Albergue Municipal (2); Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III - demanda espontânea (1); Internações compulsórias Caps ad (2).
2011	Pernoites Albergue Municipal (3); Passagem intermunicipal (1).
2012	Pernoites Albergue Municipal (21); Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (4); Ala Recomeçar (3); Restaurante Popular (5); Tenda do Senhor (4); Fazenda Terapêutica (3); Documentação (1); Estratégia de Saúde da Família (1); Vestuário (1).
2013	Pernoites Albergue Municipal (30); Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (3); Ala Recomeçar (3); Passagem intermunicipal (3); Restaurante Popular (3); Tenda do Senhor (1); Vestuário (1); Fazenda Terapêutica (3); Documentação (1).

2014	Pernoites Albergue Municipal (18); Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (2); Asilo (1); Passagem intermunicipal (3); Restaurante Popular (1). Cadastro Único (1); Vestuário (1); Fazenda Terapêutica (1).
2015	Pernoites Albergue Municipal (17); Caps ad III (4); Restaurante Popular (2); Passagem intermunicipal (1); Ala Recomeçar (1).
2016	Pernoites Albergue Municipal (15); Caps ad III (1); Asilo (1); Passagem intermunicipal (1); Nenhum (1).
2017	Pernoites Albergue Municipal (17); Caps ad III (1); Fazenda Terapêutica (1); Passagem intermunicipal (6); Restaurante Popular (2); Documentação (1); Nenhum (2).
2018	Pernoites Albergue Municipal (29); Ala Recomeçar (2); Fazenda Terapêutica (1); Serviços da Política de Saúde (1); Passagem intermunicipal (4); Restaurante Popular (2); Documentação (4); Cadastro em Programas governamentais (1); Rede socioassistencial INSS auxílio doença (1); Caps ad III (1).

Fonte: Fichas de acompanhamento dos/as usuários/as do CREAS, no período de 2006 a 2018. Sistematizados pela autora.

Diante dos serviços acessados junto ao CREAS observa-se uma teia de encaminhamentos realizados, o que exige uma intensa articulação em rede, como está demonstrado no quadro acima. Percebe-se que o maior número de encaminhamentos realizados refere-se a pernoites no albergue municipal, entretanto, vale ressaltar o caráter paliativo dos encaminhamentos realizados, onde primeiramente não existe junto ao albergue uma equipe qualificada para realizar esse acolhimento, e os encaminhamentos não superam esse caráter imediatista, isto é, não há uma aproximação com esses/as usuários/as devido ao fator de não haver uma equipe especializada para o acolhimento e acompanhamento dessa população.

Outro encaminhamento que se observa em grandes proporções refere-se à questão de uso de substâncias psicoativas, como álcool, drogas, etc, onde diante disso encaminha-se os/as usuários para o CAPS, CAPS AD, Fazendas Terapêuticas e Ala Recomeçar do Hospital Ivan Goulart. Esse dado ganha concretude a partir do elevado índice de pessoas em situação de rua que afirmaram fazer uso dessas substâncias. Todavia, a que se tomar cuidado para não reproduzir valores conservadores em nossa análise, reduzindo esse segmento populacional a estigmas

conservadores atribuídos a essa população, desconsiderando a gênese desse fenômeno. Isto é, não se pode reduzir a situação de rua a seguinte afirmação

[...] moram na rua por serem drogadas. Não podemos dizer isso, pois é difícil mensurar até mesmo se a utilização de entorpecentes foi uma “causa” para a situação de rua ou se foi a “consequência”. Será que eles usavam álcool e outras drogas e isso os levou a morar na rua, ou foi o contrário, a moradia nas ruas que apresentou como preponderante para sua subsistência a utilização desses psicoativos? E, mesmo se a explicação das pessoas que integram o fenômeno aqui estudado fosse a utilização de álcool e outras drogas antes da situação de rua, ou no processo de “rualização”, reiteramos que o problema é estrutural e não resultado de ações individuais. Afinal, nesse modo de produção as expressões da questão social surgem como consequência da relação exploratória do capital sobre o trabalho (TIENGO, 2018, p. 146).

Portanto, tem de se ter nítido essa visão para não culpabilizar o/a usuário por sua condição. E para além de encaminhamentos para internações visando à desintoxicação há que ser trabalhado essa realidade para além do indivíduo, buscando fomentar nesse sua autonomia e consciência crítica de que esse fenômeno não é de sua responsabilidade única. Observou-se também uma intensa articulação em rede entre o CREAS e o CRAS – Centro, tendo em vista os inúmeros encaminhamentos para a concessão de passagens intermunicipais bem como para acesso ao Restaurante Popular e vestuário.

Como se identifica no quadro 25 se faz necessário a constante articulação entre os diferentes serviços e políticas, com vias a construir estratégias e ações que possibilitem ao usuário a superação da situação de rua bem como dos fatores que corroboram para a mesma. Porém, o problema é estrutural e esse fator dificulta a superação concreta desse fenômeno, pois, o mesmo é intrínseco a sociedade de classes.

**Quadro 26: Profissionais que acompanham o/a usuário/a**

ANO	PROFISSIONAIS
2010	Assistente social (3) <sup>10</sup> ; Psicóloga (3); Profissionais de outras instituições - Caps ad (2); Equipe Albergue Municipal (2).
2011	Assistente social (4); Profissionais de outras instituições - Cras Centro (2); Equipe Albergue Municipal (3).

<sup>10</sup> Número de usuários/as acompanhados/as por determinado/a profissional.

2012	Assistente social (30); Profissionais de outras instituições - Caps Ad III, Cras Centro e Passo, Ala Recomeçar, Tenda do Senhor Fazenda Terapêutica (20); Equipe Albergue Municipal (21); Equipe ESF (1); Rede socioassistencial (1).
2013	Assistente social (30); Psicóloga e Coordenadora do CREAS (1); Profissionais de outras instituições Caps Ad III, Cras Centro, Ala Recomeçar, Tenda do Senhor Fazenda Terapêutica (17); Equipe Albergue Municipal (27); Psiquiatra (1).
2014	Assistente social (18); Profissionais de outras instituições - Caps Ad III, Cras – Passo e Centro, Cadastro único, Asilo e Fazenda Terapêutica (11); Equipe Albergue Municipal (18).
2015	Assistente social (19); Profissionais de outras instituições - Caps Ad III, Ala Recomeçar e Cras Centro (8); Equipe Albergue Municipal (17).
2016	Assistente social (16); Profissionais de outras instituições - Caps Ad III, Asilo e Cras Centro (5); Equipe Albergue Municipal (15).
2017	Assistente social (20); Profissionais de outras instituições - Caps Ad III, Fazendas Terapêuticas, Cras Centro (11); Equipe Albergue Municipal (17).
2018	Assistente social (29); Profissionais de outras instituições - Caps Ad III, Ala recomeçar, Fazendas Terapêuticas, Saúde, Cras Centro, Cadastro Único, INSS (13); Equipe Albergue Municipal (29).

Fonte: Fichas de acompanhamento dos/as usuários/as do CREAS, no período de 2016 a 2018. Sistematizados pela autora.

Referente aos profissionais que acompanham a população em situação de rua destaca-se que o protagonismo do serviço social do CREAS, onde em 100% das demandas atendidas este teve participação. Não só junto ao CREAS o profissional assistente social tem destaque na intervenção junto a essa população, pois, aponta-se que nas diferentes instituições esse fenômeno é mediado pelo serviço social, onde raramente ocorre o acompanhamento sistemático por parte de outros profissionais. No entanto, não se pode caracterizar todas as demandas atendidas enquanto acompanhamentos realizados por parte dos profissionais, pois como se pode evidenciar nos serviços acessados, a grande maioria refere-se ao albergue municipal, o que acaba se reduzindo apenas ao encaminhamento, sem ser feito sucessivas abordagens com esses/as usuários/as para assim haver um acompanhamento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os resultados obtidos na construção da presente monografia revelam que os serviços vinculados a Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinados às pessoas em situação de rua no município de São Borja, se configuram de modo não estruturado, isto é, a partir da coleta e análise de dados junto ao CREAS, apurou-se que não há nenhum dos serviços previstos na Política de Assistência Social, implantado de forma efetiva na realidade local. Denota-se a carência de equipes especializadas para realizar o atendimento junto a essa população, bem como aponta-se para a escassez de serviços e projetos destinados a população em situação de rua.

Essa realidade demonstra o tratamento que é dado a essa expressão da questão social no município, onde se denota que não há o enfrentamento de modo efetivo dessa realidade social. O que se evidencia é a oferta de serviços de caráter paliativo e imediatista em face da emergência de demandas decorrentes do processo de realização. A realidade local é permeada historicamente, por um viés conservador de gestão das políticas públicas voltadas a esse segmento populacional, que organiza os processos de trabalho sob um viés higienista de intervenção junto a situação de rua, atribuindo muitas vezes funções moralizadoras, inclusive aos/as assistentes sociais.

Diante das reflexões tecidas durante a construção da presente monografia deparou-se justamente com esse questionamento, de qual o papel do/a assistente social frente a essa demanda de situação de rua, tendo em vista que no município não há especificamente nenhum serviço e/ou instituição que demandem do/a assistente social intervenções e acompanhamentos sistemáticos junto a essa população. Obviamente, deve ser levado em consideração o contexto social, econômico e histórico em análise, isto é, as particularidades do município de São Borja. Conforme evidenciado anteriormente não há uma rede de serviços voltados à população em situação de rua, entretanto, a realidade de pessoas em situação de rua está posta no município, e diante disso devem ser pensadas estratégias que fomentem e deem visibilidade a essa questão.

Se por um lado, o assistente social tem sua autonomia relativa diante da sua condição de trabalhador, por outro este pode traçar estratégias, como por exemplo, de mobilização dessa população, de incentivo a organização popular, no intuito de

imbuir esses sujeitos de consciência crítica para que estes/as usuários/as possam incluir na agenda pública suas demandas.

No que se refere ao perfil da população em situação de rua no município de São Borja, evidenciou-se que majoritariamente os atendimentos foram destinados a usuários do sexo masculino. Com relação à faixa etária aponta-se que o maior índice de usuários/as atendidos/as possuíam idade entre 21 e 30 anos, destacando-se dessa forma o perfil predominante de jovens em situação de rua no município. Outra particularidade que compõe a situação de rua em São Borja refere à característica de trecheiros/andarrilhos dos/as usuários/as que acessaram algum serviço junto ao CREAS, onde evidencia-se que dos/as 169 usuários/as atendidos/as, 59 estavam de passagem pelo município. No entanto, esse fato não significa a inexistência de pessoas em situação de rua na realidade local, apenas denota uma particularidade dessa região fronteira.

Concernente ao objetivo de número dois evidenciou-se entre os principais fatores que corroboram para o processo de realização, está a situação de egresso prisional, etilismo, fragilização e/ou rompimento de vínculos, conflitos familiares, drogadição, transtornos mentais, violência, abandono, desastres da natureza e desemprego. Diante desses elementos evidencia-se a necessidade de acompanhamento desses/as usuários/as e da efetivação de políticas públicas no município, no sentido de realizar o enfrentamento a esses diversos fatores que permeiam a situação de rua, buscando dessa forma ir para além do atendimento paliativo da demanda aparente.

Por fim, com relação ao terceiro objetivo que visava à sistematização das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua evidenciou-se a existência de uma gama de políticas voltadas a essa população, no entanto, denota-se também que apesar da existência de toda uma legislação vigente, os direitos ainda estão assegurados na sua maioria apenas no campo legal, isto é, não se efetivando na realidade concreta desses/as usuários/as. Outro ponto apreendido é o distanciamento entre o que é previsto nas políticas e a realidade concreta desses sujeitos. Isto é, no geral não há uma aproximação destas políticas com as particularidades dos sujeitos em processo de realização, para que isso ocorra se faz necessário aproximar-se e desvendar essa realidade social, para dessa forma construir estratégias que de fato respondam as demandas dessa população. Com relação à temática, políticas públicas vale ressaltar a necessidade de construção no

município de políticas que viabilizem o acesso da população em situação de rua a seus direitos mais básicos.

Entretanto, o que se evidencia na realidade de São Borja é a carência de serviços que garantam o mínimo de dignidade a essa população, denota-se que políticas públicas voltadas a essa população existem, porém, os serviços são de caráter paliativo voltados ao atendimento de necessidades biológicas. Esse fenômeno é naturalizado pelas autoridades locais, instituições sociais e comunidade São borjense, ganhando caráter de invisibilidade, ficando esses sujeitos a mercê da benemerência da sociedade civil, na maior parte do tempo. Diante desses fatores o Serviço social ganha importante papel no sentido, de defesa dos direitos desses/as usuários/as enquanto cidadãos e cidadãs que devem ser respeitados e valorizados nas suas particularidades.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal, 1977.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Vade Mecum. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **LEI 11. 346/06**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm). Acesso em: 28 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2008a. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario\\_executivo\\_pop\\_ rua.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_ rua.pdf)>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Política nacional para Inclusão Social da População em situação de rua**. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/ 2004**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. Nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/resolucoes/2009/R](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/R)

esolucao%20CNAS%20no%20109%20de%2011%20de%20novembro%20de%2009.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde; Departamento de atenção básica. **Consultório de Rua**. s/d. Disponível em: < [http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_consultorio\\_ rua.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_ rua.php)>. Acesso em 15 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, **PORTARIA Nº 693**, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014. Estabelece regras e critérios de execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Pronatec Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-SDH-693-2014-11-25.pdf>. Acesso em 28 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Portaria nº 843 de 2010**. Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=227569>>. Acesso em 03 de Nov. de 2018.

CATALÓGO DE TESES E DISSERTAÇÕES PORTAL CAPES. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 30 de ago. de 2018.

CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃO ARAÚJO (CEFURIA). **População em Situação de Rua e Economia Solidária**: construindo uma nova sociedade. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/populacao-em-situacao-de-rua-e-economia-solidaria-construindo-uma-nova-sociedade/>. Acesso em: 30 de out. de 2018.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2007.

GOMES, Rodrigo. **Insensibilidade de empresas barra avanços do Pronatec para população de rua**. In: Rede Brasil Atual. São Paulo, 2014.

Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/03/pronatec-para-populacao-de-rua-avanca-mas-padece-com-insensibilidade-de-empresarios-6141.html>. Acesso em 28 de out. de 2018.

IBGE. **População do município de São Borja**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama> Acesso em: 23 de Set. de 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos n.23).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MACHADO, Simone Araújo. **O processo de rualização e o sistema único de assistência social/SUAS**: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial. Porto Alegre, 2012. Diss. (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. - 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25ª ed. rev. e atual. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2008.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. [et al.] (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p. 141-160.

NETTO, José Paulo. O Materialismo Histórico como instrumento de análise das Políticas Sociais. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.). **Estado e Políticas Sociais**: Brasil – Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. p. 11-28.

PRATES, Jane Cruz. **Serviço Social e pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto.** In: XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social. Córdoba - Argentina, 2012.

PRATES, Flávio Cruz; PRATES, Jane Cruz; MACHADO, Simone Araújo. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento.** Revista Temporalis, Brasília, ano 11, n. 22, p.191-215 jul/dez. 2011.

PONTES. R. N. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social.** Cadernos de Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 04: Brasília: CEAD, 1999. p. 36-50

REIS, Mariana Sato dos. **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário.** 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIPAMPA. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/>. Acesso em: 11 de set. de 2018.

ROSI, Marina. Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. **El País Brasil**, São Paulo, 25 de set. de 2017. Disponível em: [http://brasil.elpaís.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531\\_079176.html](http://brasil.elpaís.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html). Acesso em 08 de out. de 2018.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

TIENGO, Verônica Martins. **O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 138 - 150, jan./jul. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/scientiamedica/ojs/index.php/fass/article/viewFile/29403/17158>. Acesso em 25 de out. de 2018.

**Vídeo Consultório na rua: A rua não é um mundo fora do nosso mundo.** [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=294&v=ek9iWTV3hig](https://www.youtube.com/watch?time_continue=294&v=ek9iWTV3hig). Acesso em: 06 de maio de 2018.

## APÊNDICES

### Apêndice A: Formulário para realização de pesquisa documental

1. Perfil do usuário/a
  - 1.1 Gênero
  - 1.2 Idade
  - 1.3 Local de moradia
  - 1.4 Possui família? Caso positivo reside no município?
  - 1.5 Tem filhos? Caso positivo, quantos?
2. Serviços acessados junto à instituição
3. Encaminhamentos realizados
4. Que profissionais acompanham o/a usuário/a?
5. Outras observações pertinentes

**Apêndice B: Termo de compromisso para utilização de dados junto ao CREAS**

Título do Projeto: **Pessoas em Situação de Rua e os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade**

As autoras do projeto de pesquisa intitulado **Pessoas em situação de rua: uma análise acerca da rede de proteção no município de São Borja**, que tem por objetivo geral analisar as configurações da rede de proteção às pessoas em situação de rua, no município de São Borja, a fim de identificar como ocorre a garantia de direitos a este segmento populacional, se comprometem a manter o sigilo dos dados coletados, em bases de dados, referentes aos sujeitos participantes da pesquisa, vinculados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como demais informações institucionais, em âmbito local, estadual e nacional. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente com finalidade científica, preservando-se integralmente o anonimato dos (as) participantes.

São Borja, 11 de Setembro de 2018.

---

Cristieli Dorneles de Avila  
Pesquisadora discente

---

Loiva Mara de Oliveira Machado  
Pesquisadora Orientadora

## **ANEXOS**

**ANEXO A: Tabela Pesquisa Bibliográfica Catálogo de Teses e Dissertações Capes. Período de 2006 a 2018. Palavra-chave da pesquisa: Pessoas em situação de rua.**

Título	Ano	Instituição	Autores (as)	Resumo
DESDOBRAMENTOS DA ADESÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL À POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	2016	UnB	FABRICIA DA HORA PEREIRA	<p>Esta dissertação propõe analisar os desdobramentos da adesão do Governo do Distrito Federal à Política Nacional para a População em Situação de Rua. Dessa forma, o estudo perpassou o entendimento sobre o fenômeno população em situação de rua a partir da análise Marxiana sobre a acumulação primitiva e o pauperismo. Essa base analítica permitiu compreender que o fenômeno população em situação de rua é resultado dos processos de exploração e precarização acometidos ao trabalhador e é inerente ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, esta dissertação traz o perfil contemporâneo da população em situação de rua a partir do Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal (2010), além de destacar o contexto das mudanças ocorridas no capitalismo, em anos recentes. Foram consideradas as particularidades da formação sócio-histórica do Distrito Federal e as recentes configurações das políticas sociais e do Estado. A pesquisa realizada teve natureza documental e como principais fontes de dados foram utilizados documentos oficiais disponibilizados pelas Secretarias de Estado do Distrito Federal e pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, como atas de reuniões, legislações e relatórios de gestão. Recorreu-se ainda à literatura especializada sobre o tema e a outras bases de dados como, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O desvelamento do objeto ocorreu a partir da relação entre as bases de dados referidas e os seguintes eixos norteadores: 1- Direitos previstos e implementados; 2- Abrangência dos direitos; 3- Ação intersetorial entre as políticas; 4- Gestão e controle social; e 5-</p>

				<p>Financiamento. O percurso teórico-metodológico realizado possibilitou a confirmação da hipótese inicial: a adesão do Governo do Distrito Federal à Política Nacional para a População em Situação de Rua, apesar de ter representado algumas mudanças na ampliação dos direitos, e acesso, dessa população, não teria alterado substancialmente a realidade de vida desses sujeitos, pois ela reproduz a atual perspectiva neoliberal de ações focalizadas, condicionadas e seletivas, em detrimento de uma perspectiva de universalidade.</p> <p><b>PALAVRAS- CHAVE:</b> Pessoas em situação de rua; Política social; Distrito Federal.</p>
<p>CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP) DE LONDRINA (PR): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO USUÁRIO</p>	2014	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	MARIANA SATO DOS REIS	<p>Os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP), começaram a ser implementados oficialmente em 2010, depois da tipificação do Serviço Especializado para População em Situação de Rua, em 2009. O Centro POP está previsto no âmbito da Proteção Especial de Média Complexidade no interior da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua do Centro POP de Londrina (PR), na perspectiva dos usuários atendidos. Para tanto, foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, com a realização de pesquisa de campo. Esta pesquisa foi feita em três momentos distintos: 1) Observação participante; 2) Entrevistas com roteiro de perguntas semi-estruturado; 3) Oficina de fotografia com os sujeitos da pesquisa. Os sujeitos participantes desta pesquisa são onze usuários (oito homens e três mulheres) e duas assistentes sociais do Centro POP de Londrina (entre elas, a coordenadora do equipamento). O trabalho está dividido em dois</p>

				<p>capítulos e o referencial teórico tratou dos aspectos referentes às determinações estruturais do fenômeno da população em situação de rua, da realidade cotidiana e trajetória da proteção social, especificamente do modelo do Centro POP adotado pela Política de Assistência Social.</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> População em Situação de Rua. Centro POP de Londrina. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Perspectiva dos Usuários Atendidos.</p>
<p>POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E ACESSO À ALIMENTAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</p>	2017	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	MEIMEI ALESSANDRA DE OLIVEIRA	<p>O estudo analisa como os programas e ações das Políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) podem, potencialmente, afetar a situação de (in) segurança alimentar de pessoas em situação de rua no município do Rio de Janeiro, especialmente o acesso à alimentação. Com base nos conceitos de SAN e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) a pesquisa pautou-se em métodos qualitativos de análise que incluíram: mapeamento bibliográfico de pesquisas, documentos governamentais, dados secundários e estudos populacionais sobre o tema; análise documental e entrevistas com pessoas que vivem em situação de rua do centro da cidade do Rio de Janeiro e com gestores e técnicos das respectivas políticas e programas que potencialmente afetam o acesso à alimentação. O estudo parte do pressuposto que as políticas públicas não são adequadas às características e a heterogeneidade da população que vive em situação de rua, incluindo os múltiplos desafios que enfrentam para viver nessas condições, especialmente as barreiras para o acesso à alimentação. A escassez e a falta de adequação dessas políticas públicas para atender as múltiplas necessidades dessa</p>

				<p>população, dificultam, ou mesmo inviabilizam, o acesso a uma alimentação adequada, impactando diretamente em sua condição de (in)segurança alimentar. Foram mapeadas as principais características dessa população por meio de dados secundários e analisado o contexto contraditório das políticas públicas na relação Estado, governo e sociedade que indicou, por um lado, avanços da política de assistência social e da SAN, especialmente na última década com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e por outro lado as múltiplas dificuldades que a população em situação de rua enfrenta para acessar esses programas, projetos e serviços previstos nas duas políticas. A insegurança alimentar é vivenciada cotidianamente por essa população e a principal forma de acesso à alimentação é por meio das carreatas que são ações de distribuição de refeições promovidas principalmente por instituições religiosas, organizações não governamentais e filantropos. Outras estratégias utilizadas para acessar à alimentação envolvem trabalhos precarizados, mendicância (incluindo utilização de crianças e adolescentes para tal), prostituição e “furtos”. No âmbito da Política de Assistência Social, a principal forma de acesso ocorre por meio do serviço de acolhimento, mais especificamente os abrigos públicos, que oferecem três a quatro refeições, mas que atendem somente 6,7% da população em situação de rua. No âmbito da política de SAN destacam-se os Restaurantes Cidadãos que poderiam contribuir para a redução deste quadro de insegurança alimentar por ofertarem alimentação adequada a um custo acessível, mas que vem tendo seu</p>
--	--	--	--	--

				<p>funcionamento interrompido no atual contexto de crise econômica e política do Estado do RJ, ainda que alguns estejam sendo municipalizados. O consultório na rua, que integra a política de Saúde, que atende diretamente a essa população não oferta alimentação. O estudo evidenciou diferentes formas de violação do DHAA e a trajetória percorrida por essa população na cidade do RJ em sua busca por acessar algum tipo de alimentação.</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> População em Situação de Rua, Política Social; Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e Direito Humano a Alimentação DHAA.</p>
GESTÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE VITÓRIA-ES – 2005 a 2012	2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	CRISTIANO LUIZ RIBEIRO DE ARAUJO	<p>Estudamos o atendimento prestado a população em situação de rua em Vitória – ES a partir da Secretaria Municipal de Assistência Social. Objetivávamos conhecer, se o trabalho destinado a esta população no escopo desta política, possuía algumas das possibilidades para garantia de direitos desta população, ou se em sua maior parte apenas realizava a manutenção das pessoas em situação de rua em condições mínimas de sobrevivência. Foi utilizada a análise documental, em documentos oficiais da secretaria, a partir da técnica de análise de conteúdo para tratamento dos dados. Verificou-se, que a despeito de adequação as normas legais e orientações técnicas para política de assistência social no país, e do comprometimento dos muitos trabalhadores da área, a atenção a população em situação de rua assumia um caráter de suporte apenas as necessidades biológicas das pessoas em situação de rua, sendo limitadas as possibilidades emancipatórias.</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> população em situação de rua; assistência social; políticas públicas.</p>

<p>POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES</p>	<p>2018</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO</p>	<p>CARLA SOARES</p>	<p>A presente dissertação de mestrado visa analisar a relação da população adulta em situação de rua com o trabalho. Estudo este, de caráter exploratório, desenvolvido a partir de análise documental (acesso a legislações, pesquisas sobre o perfil da população em situação de rua, produções acadêmicas sobre a temática, dentre outros) e que teve como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro. A fim de alcançar o referido objetivo, foi desenvolvido um panorama geral das principais transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade que são, cada vez mais, atravessadas pelo processo de precarização, flexibilização e terceirização. Panorama este subsidiado pela análise das contradições inerentes à sociedade capitalista, bem como, da categoria trabalho estudada por Karl Marx. Parte-se do pressuposto de que há ainda uma lógica do primado liberal do trabalho, que impõe sua obrigatoriedade e reforça a noção de que o acesso à renda somente deva ocorrer via trabalho. Isso acirra ainda mais a contradição entre trabalho e assistência social, o que provoca sérios rebatimentos nas pessoas em situação de rua. No entanto, não se pode reforçar uma visão determinista de que as questões que atravessam essas pessoas se reduzam a temática do trabalho. O que confirma a importância da análise crítica acerca da rua e do território, que vai muito além do espaço físico em si, pois permite refletir sobre o processo de marginalização, pauperização e ocupação da cidade. Todo o exposto fundamenta o objetivo principal deste trabalho que é demonstrar como as novas configurações do trabalho incidem no processo de ida, manutenção e saída das ruas deste grupo populacional.</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> Situação de rua; Mundo do Trabalho; Precarização;</p>
---	-------------	---	---------------------	---

				Ocupação da Cidade.
O Centro Comunitário São Martinho de Lima: um espaço de vivência para a população em situação de rua em São Paulo	2014	Puc- SP	WALKIRIA FERREIRA GUEDES	<p>A presente dissertação de mestrado tem por objeto de estudo a população, em situação de rua, no seu processo de participação no Centro Comunitário São Martinho de Lima, como um espaço de vivência do exercício de sua cidadania. Objetiva-se analisar como o processo de participação dessa população da zona leste da cidade de São Paulo, se efetiva, como uma das expressões locais de um movimento nacional, na luta, ao conjunto de outros movimentos, pelo acesso a determinados direitos, tomando por referência os últimos cinco anos (2009-2013). O percurso proposto para elucidar o objeto de pesquisa, assenta-se num referencial teórico-metodológico, cujos eixos norteadores formam-se a partir dos conceitos e práticas sociais dos movimentos e sociedade civil, embasados no campo dos direitos que a Constituição Brasileira de 1988 protagonizou como abertura à participação. Participação é um elemento central para o exercício da cidadania e a construção da democracia. Por essa razão, as referências conceituais que permeiam esse trabalho tem base no levantamento bibliográfico de autores contemporâneos brasileiros nas áreas de Serviço Social e Sociologia; o estudo documental se pautou em pesquisas sobre a população em situação de rua e a legislação vigente sobre serviços e programas de atenção a essa população. No Centro Comunitário São Martinho de Lima, busca-se identificar como esse espaço contribui para que as pessoas em situação de rua participem, enquanto sujeitos, na construção de sua cidadania. É uma pesquisa qualitativa que tem como metodologia a observação participante, cuja dinâmica se pautou em compartilhar de alguns momentos de vivência dos</p>

				<p>sujeitos nos locais onde eles se encontram para participar das lutas, eventos, comemorações, dentre outros. Foram realizadas entrevistas como instrumento de coleta de informações por meio de depoimentos da história oral de vida desses sujeitos. Quatro (04) foram os sujeitos da pesquisa que estão inseridos nas atividades do Centro São Martinho de Lima. Dois (02) são participantes de base e conviventes e, dois (02) são ex-moradores de rua, que atualmente, colaboram nas atividades desenvolvidas junto à população em foco. Os resultados demonstram, por um lado, que o Centro Comunitário, sendo espaço de convivência que promove atividades cotidianas e debates sobre assuntos de interesses e lutas da população em situação de rua, é um espaço que fortalece o aprendizado de que a consolidação de direitos ocorre por meio do exercício da cidadania. Por outro, a participação é um processo fruto de vivências em torno de interesses e necessidades comuns, portanto, a condição de vulnerabilidade em que ela vive faz com que sua ocorrência no campo das necessidades socioeconômicas cuja porta de entrada principal é a política de assistência social</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> Participação [pt] Cidadania [pt] População em situação de rua; Pessoas desabrigadas - São Paulo (cidade) [pt] Centro Comunitário São Martinho de Lima [pt] Participação social</p>
O egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo	2015	Puc- SP	BRUNO JAAR KARAM	<p>Esta dissertação enfatiza a condição de vida do egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo. A investigação foi realizada com base na metodologia de uma pesquisa qualitativa, e coleta de dados, por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas, conduzidas de maneira sistemática. A trajetória de vida de cada participante e de</p>

				<p>cada profissional entrevistado foi, cronologicamente, organizada com base nos seis capítulos. A partir dessa organização de informações foi possível identificar o percurso que os egressos prisionais em situação de rua percorrem até ficar em situação de rua e também quem são os possíveis profissionais que atendem esse público direta ou indiretamente. No primeiro capítulo para tentarmos entender melhor quem é o egresso prisional em situação de rua, priorizamos efetuar uma análise preliminar sobre a conjuntura brasileira para tentar entender que sociedade é essa que existe egresso prisional em situação de rua. No segundo capítulo analisamos os dados sobre o sistema prisional brasileiro atual: número de pessoas encarceradas e número de funcionários para atender a essa demanda; a superlotação nas prisões – um raio-x do sistema prisional; como são vistas as pessoas presas; os vínculos familiares dos presos, dificuldades e condições impostas para visitas e por último pontuar se acontece ou não a ressocialização dos presos. No terceiro capítulo abordamos a situação do egresso prisional, desde a legislação brasileira, como são vistos pela sociedade, como também sobre os vínculos familiares após seu retorno do encarceramento. Assim como as exigências e o cumprimento das obrigações estabelecidas pela Lei de Execução Penal. No quarto capítulo buscamos apontar as dificuldades que as pessoas em situação de rua sofrem (não limitando apenas a condição de egresso prisional), abordando a fragilidade dos vínculos familiares, o desemprego e as escassas alternativas existentes de trabalho. No capítulo cinco analisamos o trato das políticas públicas da assistência social, saúde pública e de segurança</p>
--	--	--	--	--

				<p>pública com o egresso prisional em situação de rua. Já no último capítulo analisamos todas as nove entrevistas com homens e mulheres adultos, na faixa etária de 21 ~ 64 anos, atendidos em diversos serviços do estado de São Paulo. Analisando as respostas colhidas sobre: a vida na prisão; a realidade como egresso prisional; a preparação para o retorno à liberdade; as determinações da LEP para o egresso prisional; a vida em liberdade após a prisão; o morar na rua; a relação com o trabalho; documentação; situação financeira; a questão da sobrevivência; o preconceito por ser egresso prisional; os desafios; a relação com a família; os serviços públicos de apoio. Analisamos também doze entrevistas com diversos profissionais que atendem essa população desde o momento do encarceramento até a situação de rua</p> <p><b>Palavras-Chave:</b>  SERVICO SOCIAL [pt] Prisão [pt] Egresso prisional [pt] População em situação de rua [pt] Políticas públicas</p>
<p>Perspectivas do meio-fio: entre os direitos sociais e as histórias de vida da população em situação de rua na região do Vale do Ribeira-SP</p>	2017	Puc-SP	HELOISA SAYUMI MIYAHARA	<p>A presente tese estabelece um confronto analítico entre o elenco de direitos legalmente assegurados e as histórias de vida da População em Situação de rua, na Região do Vale do Ribeira-SP, com a investigação e identificação de lacunas e alternativas para sua superação. Seus objetivos específicos foram: traçar um perfil qualitativo da População em Situação de Rua, do Vale do Ribeira-SP; identificar nas histórias de vida as possibilidades de interação com as políticas públicas; caracterizar o atendimento oferecido à População em Situação de Rua, na Região do Vale do Ribeira-SP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, motivada pela recente discussão acerca da importância de uma metodologia própria para investigação da condição social das pessoas em situação de rua.</p>

				<p>Adotamos a metodologia de resgate da história de vida entrelaçada com aspectos dos direitos sociais. A análise de dados relacionou categorias teóricas com a coleta empírica de material de pesquisa. Delimitamos como universo de pesquisa os 14 municípios que compõem a área de abrangência da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social –DRADS- Vale do Ribeira, com entrevista a dois Grupos de Sujeitos (Grupo I- Técnicos e Grupo II- População em Situação de Rua).</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> Pessoas desabrigadas, Vale do - Ribeira, SP; Políticas públicas; Direitos sociais</p>
O Alcance da Proteção Social à População em Situação de Rua: a fuga do paradigma do direito.	2017	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	LUCIANO MARCIO FREITAS DE OLIVEIRA	<p>A presente tese está circunscrita na linha das mudanças e permanências de paradigmas e ofertas da política de assistência social oriundas da implantação do Sistema Único de Assistência Social, especialmente a proteção à população de rua. Nesse sentido, esta pesquisa se desenvolve a partir das respostas construídas, historicamente, referente ao fenômeno da população em situação de rua fundamentadas em dois paradigmas: o paradigma filantrópico/benemerente e o paradigma do direito. O pêndulo entre o passado e o presente influencia significativamente a rede de serviços socioassistenciais e compromete a relação entre a necessidade de proteção e as ofertas de acolhida e demais seguranças previstas nas orientações normativas vigentes. Dessa forma, a pesquisa tem como objeto o alcance da proteção social à população em situação de rua à luz das suas dimensões histórico-paradigmáticas – as quais formatam a rede de serviços governamentais e não governamentais – bem como de uma leitura do cotidiano visto e sentido pelos usuários e operadores da política da</p>

			<p>assistência social. Como lugar de análise destaca-se a cidade de São José dos Campos, interior do estado de São Paulo. O caminho proposto para apreender o entrecruzamento desses paradigmas na operacionalização da rede de atenção à população em situação de rua tem como inspiração o método genealógico e a etnografia. Assim, foram entrevistadas pessoas em situação de rua, especificamente os trecheiros, trabalhadores da rede de atenção analisada, e profissionais que atuaram no governo federal. Diante disso, indicam-se as dificuldades postas no que concerne à adoção do paradigma do direito na rede de atenção relativa ao segmento da população em situação de rua, na política de assistência social, estão na coexistência, e de forma antagônica, do paradigma do direito (plano normativo) e a atuação com atenções caritativas (gestão e nas práticas). Essa coexistência produziu uma forma específica de atenção à população em situação de rua, a qual não rompeu com o modelo conservador, porém se afirmou no plano discursivo na qualidade de um direito. O texto está organizado em quatro capítulos que, na sua estrutura, articulam as análises, depoimentos e trechos do diário de campo. Espera-se que esta pesquisa possibilite a compreensão e construção de um novo conhecimento em relação à análise da gestão das políticas sociais no Brasil no que tange à população em situação de rua.</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> : Proteção Social; População em Situação de Rua; Benemerência; Direito.</p>
--	--	--	---

Fonte: Portal CAPES de teses e dissertações. Período de 2006 a 2018. Sistematizado pela autora.

**ANEXO B: Tabela Pesquisa Bibliográfica Catálogo de Teses e Dissertações Capes. Período de 2006 a 2018. Palavra-chave da pesquisa: Processo de rualização.**

Título	Ano	Instituição	Autor (a)	Resumo
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E ACESSO À SAÚDE	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	PATRICIA FRAGA	Esta pesquisa teve como objetivo identificar as estratégias de acesso da população adulta em situação de rua aos serviços de saúde de Florianópolis. Com vistas ao cumprimento do objetivo proposto a pesquisa contou com a revisão de literatura e levantamento bibliográfico para construção da fundamentação teórica. E, nesta direção, pautou-se em algumas das obras de Karl Marx, e, em autores que desenvolveram suas análises a respeito da forma de estruturação da sociedade capitalista tendo como referencial a teoria crítico dialética, tais como, Mézaros (2009), Antunes (1996), Castel (2008), Faleiros (1991) e Yamamoto (2001; 2004 e 2006). O movimento de resgate das obras dos autores supracitados permitiu a análise do fenômeno da população em situação de rua sob a perspectiva da totalidade. Com vistas ao aprofundamento do debate proposto o presente estudo pautou-se ainda, nas obras de importantes autores que analisam a temática da população adulta em situação de rua no Brasil, tais como, Bulla et al (2004), Escorel (1999), Ferreira e Machado (2007), Kasper (2006), Nasser (2001) Prates et al. (2004; 2011), Varanda e Adorno (2004), Silva (2009). E ainda, alguns autores que abordam a temática no que concerne à especificidade do âmbito da saúde: Adorno (2011), Aristides e Lima (2009), Bottil et al. (2009) e Junior et al. (1998). Na metodologia da pesquisa foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, cuja amostragem seguiu o critério da acessibilidade e de inclusão progressiva. No que diz respeito a análise dos dados,

				<p>buscou-se trabalhar a partir da abordagem crítico dialética, marxista. Para tanto, a pesquisa procurou primeiramente empreender um estudo acerca das condições sócio-históricas que permeiam a chamada situação de rua, o que, levou a compreender esta população enquanto um fenômeno social urbano que tem sua gênese e agravamento junto ao surgimento e desenvolvimento do sistema de produção capitalista. Foi possível ainda, constatar que a população em situação de rua constitui-se enquanto fenômeno complexo, multifacetado e multideterminado, compreendido enquanto processo de realização que se estabelece a partir de um conjunto de relações sociais; estigmas; situações sócio-econômicas de precariedade e miséria; desemprego; rompimento ou fragilização de vínculos familiares; situações de violência e exploração; enfim de um conjunto de fatores que se gestam e solidificam no espaço doméstico permeado por relações sociais influenciadas por uma série de condicionantes que, podem levar à situação de rua. Com relação ao acesso deste segmento populacional à Política de Saúde concluiu-se que os serviços de emergências hospitalares são utilizados como principais portas de entrada ao atendimento à saúde em sentido ampliado. Entretanto, foram identificados também alguns entraves a este acesso relacionados principalmente ao preconceito e estigma social vivenciado por esta população.</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> População em situação de rua. Saúde. Acesso. Trajetórias e limites do acesso.</p>
A Relação entre Sujeitos em	2014	Puc-RS	RODRIGO DOS SANTOS NUNES	Este estudo busca investigar e aprofundar o debate acerca do

<p>Situação de Rua e o Poder Local: protagonismo ou passividade?</p>			<p>processo de rualização e problematiza o protagonismo dos sujeitos que vivenciam esses processos. A participação dos usuários esta prevista nas políticas sociais pós Constituição Federal de 1988, com vistas a contribuir para o fortalecimento de processos sociais emancipatórios. Este é um desafio a ser consolidado, na medida em que a história do Brasil foi marcada por longos períodos de escravismo, colonialismo e ditadura que dificultaram a constituição de um espaço público onde o protagonismo dos sujeitos pudesse ser exercitado. O presente estudo foi realizado no município de Alvorada, no estado do Rio Grande do Sul, cujos dados do Censo IBGE (2010) mostram que 3,1% da população encontra-se em extrema pobreza, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Apesar disso, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, os recursos investidos na Política de Assistência Social no município alcançaram apenas 1% (um por cento) do orçamento total. O enfrentamento dos processos de rualização pelo poder local compõe os objetivos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e visa ofertar um conjunto articulado de iniciativas para garantir a proteção social no âmbito de cada território a famílias e sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social. Diante desta realidade, esta pesquisa buscou desvendar as contradições histórico-estruturais que perpassam o processo de rualização, mediando os aspectos da universalidade com aspectos locais. Neste sentido, pretende-se disponibilizar os resultados para o conjunto dos agentes de modo que contribua com subsídios para o</p>
--	--	--	---

				<p>aprimoramento de iniciativas que se orientem por uma perspectiva emancipatória. O ciclo investigativo foi pautado pelo referencial dialético crítico e caracterizado como do tipo misto, uma vez que articulou o uso de dados quanti-qualitativos de modo complementar, mesmo que, em alguns momentos fossem enfatizados um ou outro. Nesta pesquisa privilegiou-se o uso da Triangulação de técnicas, de instrumentos e de fontes no intuito de melhor contemplar descrições e explicações acerca do tema estudado. Desta forma, o estudo buscou dar visibilidade a tensão entre a viabilização de possíveis rupturas que favoreçam o protagonismo dos sujeitos versus condicionantes materiais que a interditam, na perspectiva de superação dos limites do instituído, e reafirmação da necessidade de garantia e ampliação dos direitos sociais, aportando os dados sobre as múltiplas determinações que conformam os processos de realização e as possibilidades de protagonismo vivenciado pelos sujeitos em situação de rua.</p> <p><b>Palavras-Chave:</b> Processos de realização. Populações em situação de rua. Participação e protagonismo. Política de assistência social</p>
--	--	--	--	--

<p>O Processo de Rualização e o Sistema Único de Assistência Social/SUAS: uma interlocução necessária entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial</p>	2012	Puc- RS	Simone Araújo Machado	<p>O Processo de Rualização de sujeitos adultos e famílias em situação de rua, a implantação do SUAS na cidade de Porto Alegre e sua a inserção desses a partir da interface das Proteção Social Básica e Proteção Social Especial é a questão central da presente dissertação, que tem como objetivo refletir sobre como os documentos legais que se direcionam à População em Situação de Rua, e como abordam o Processo de Rualização de sujeitos adultos e famílias que se encontram nesta condição, contemplando processos de prevenção, proteção e inclusão social a este segmento populacional. Para tanto, realizou-se análise documental nos documentos que instituem a Política Nacional de Assistência Social/PNAS e o Sistema Único de Assistência Social/SUAS, na Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua/PNIPSR, e no Plano Municipal de Enfrentamento a Situação de Rua/PMESR, o que foi complementado por registros do trabalho de supervisão e monitoramento realizado na FASC, junto aos serviços que atendem a esta população. Na presente pesquisa foi utilizado o método dialético-crítico, e os resultados demonstram que é necessário mediar a visão dialética a respeito do fenômeno social que se configura no processo de rualização, superando uma leitura estática desse processo. É necessário reconhecê-lo como produto de múltiplos condicionantes, expressões da questão social. Configura-se em questões multicausais, tendo o tempo em que se está nesta condição categoria importante para análise. A tentativa de contribuir com essa discussão, sugerindo alternativas concretas na implantação do SUAS que altere a relação de interface existente entre as Proteções também teve</p>
---	------	---------	-----------------------	---

				<p>destaque neste estudo. Aponta-se uma dificuldade significativa nesta interlocução com clara necessidade de ampliar esse debate que se mostra ainda fragmentado, muito frágil e pouco ousado, principalmente no que se refere à oferta de serviços em ambas as proteções, para ampliar a efetividade dos atendimentos direcionados a esses sujeitos.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> Processo de rualização. Sujeitos em situação de rua. PNAS/SUAS. Proteção Social Básica. Proteção Social Especial. Garantia de direitos.</p>
--	--	--	--	--